

## PADRE ALEIXO SUSIN, DAS OBRAS A OBRA. UM PADRE PIONEIRO NA CONSTRUÇÃO DO (MUTIRÃO) GUARÁ

Luís Gustavo Ferrarini Venturelli  
Arnaldo Damásio

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é discutir a história da cidade do Guará pela interseção da vida de um padre e a experiência da fundação de uma cidade de trabalhadores. A referida cidade nem constava no plano original de Brasília. O Mutirão foi uma curiosa experiência de assentamento para trabalhadores de baixa renda da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) que teve sua finalidade social transformada conforme ganhou importância. Seu nome então seria modificado para Guará. Todas essas reviravoltas podem ser percebidas no documento do Padre Aleixo, que dá base a esse texto. Esse ego documento é antes de tudo um arquivo histórico de um momento pouco explorado. Assim, o documento do pároco foi utilizado em conjunto de outras fontes como matérias de jornal, para contar a história dele como protagonista, mas também, de História de uma cultura que o leva a realizar as fundações da cidade com outros trabalhadores. Seu texto é portanto memória própria e da cidade ao mesmo tempo prontas para serem exploradas pela prática historiográfica. Pode-se perceber ainda que a cidade que estamos falando surgiu dentro das peculiaridades das chamadas cidades dos trabalhadores na fundação da moderna nova capital. Por fim, entender as pressões da sociedade daquele momento que resultaram em um padre construtor e morador da própria cidade. A vida do padre acaba por revelar as dificuldades e os valores daqueles que ali estavam junto a ele.

**Palavras-Chave:** Guará; Padre Aleixo; História da cidade; Cultura ; Sociedade; Nova capital.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to discuss the history of the city of Guará through the intersection of a priest's life and the experience of founding a workers' city. The city in question wasn't even included in Brasília's original plan. The Mutirão (Mutirão) was a curious settlement experiment for low-income workers of the New Capital Urbanization Company (NOVACAP), whose social purpose was transformed as it gained importance. Its name would later be changed to Guará. All these twists and turns can be seen in Father Aleixo's document, which forms the basis of this text. This self-document is, above all, a historical archive of a little-explored period. Thus, the priest's document was used, along with other sources, such as newspaper articles, to tell his story as a protagonist, but also the history of a culture that led him to establish the city's foundations with other workers. His text, therefore, is both his own memory and that of the city, ready to be explored by historiographical practice. It can also be seen that the city we are discussing emerged within the peculiarities of the so-called workers' cities at the founding of the modern new capital. Finally, understand the societal pressures of that time that resulted in a priest who built and lived in his own city. The priest's life ultimately reveals the hardships and values of those who were there with him.

**Keywords:** Guará; Father Aleixo; History of the city; Culture; Society; New capital.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2024, a região administrativa do Guará comemorou seu 55 aniversário. Entretanto, um importante aspecto da fundação do Guará não foi muito discutido ou lembrado durante essas comemorações. Foi a participação da Igreja Católica, em específico de um padre chamado Aleixo Surin, na criação da cidade do Guará. A Igreja Católica está ligada ao surgimento da cidade do Guará de forma muito profunda. Em 1966, a paróquia de Taguatinga apoiou uma iniciativa de construção por meio de mutirão trazendo uma tecnologia de construção barata e que vai viabilizar o surgimento do bairro. A própria igreja São Paulo Apóstolo será fruto dessa iniciativa,

A Igreja São Paulo Apóstolo está sediada na região do Guará I. Foi fundada em 1970, inicialmente como uma pequena capela para atender aos feis da região. No início, as atividades religiosas eram realizadas em espaços improvisados até que a capela fosse construída. Com o crescimento da comunidade e o aumento do número de feis, tornou-se necessário estabelecer a capela como uma paróquia independente. Assim, em 1983, a capela foi elevada  categoria de paróquia, passando a atender às necessidades espirituais e pastorais da comunidade local de forma mais ampla. Desde então, a Igreja São Paulo Apóstolo tem desempenhado um papel importante na vida religiosa e comunitária do Guará I, oferecendo serviços religiosos, atividades pastorais e programas sociais para os moradores da região.

Contudo, o surgimento da paróquia e a organização dos trabalhadores que vinham para c pode acontecer devido à participação proeminente do Padre Aleixo. É a relação dele e a sua história que buscaremos trabalhar nesse texto. Conhecido pela realização da Via Sacra de Planaltina, também foi importante como fundador da Paróquia São Paulo Apóstolo, no Guará I D.F. Ele desempenhou um papel fundamental no estabelecimento e no desenvolvimento da paróquia e de uma comunidade vibrante na região. Infelizmente, informações adicionais sobre sua vida e histórico do padre até a concretização daquilo que seria a região administrativa do Guará não estão prontamente disponíveis. Foi preciso buscar trabalhar com biografias e autobiografias para a construção desse texto, buscar fontes com personagens ligados à paróquia, mas fundamentalmente no Arquivo Público do Distrito Federal. Para além do Arquivo público onde buscamos matérias de jornal, obras como o ego-documento do próprio padre, e bibliografia relacionada a sua formação.

Neste texto falaremos da sua importância da pesquisa auto biográfica na construção da história local. Christine Delory-Momberg (2016), defende duas premissas básicas: ‘Qual o saber que a pesquisa biográfica busca? Como a pesquisa biográfica constroi este saber?’. Nosso interesse aqui é falar sobre o surgimento dessa comunidade durante o período do mutirão e a origem da cidade do Guará. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é investigar que memórias de vida do padre e os seus múltiplos significados, que acabaram se materializando na construção da cidade do Guará e brotam da obra autobiografia do próprio padre. Já os objetivos específicos são três: Reconhecer as importância que a

formação do Padre, perceber seu protagonismo na história do surgimento do Guará no contexto da inauguração de Brasília e finalmente perceber o resultado desse processo para o surgimento desta comunidade às margens da nova capital. Portanto, a pesquisa busca compreender a formação da vida da cidade por meio do protagonismo do religioso naquela comunidade no Guará e de Brasília sua morte foi noticiada amplamente o que demonstra o reconhecimento pela sua história e por suas ações.

## **A ESCRITA DA HISTÓRIA E A VIDA DAS PESSOAS COMUNS**

É interessante ver como os círculos escolares e o trabalho em sala de aula têm buscado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades. Nos últimos anos, o trabalho de pesquisa histórica, mostra principalmente que professores do ensino fundamental tem tentado se aproximar de melhores práticas de ensino por meio de pesquisas. Abordagens acadêmicas recentes na área da História concentram esforços na revelação de aspectos da vida de pessoas comuns ou na história do tempo presente. Buscaremos interrogar por meio da autobiografia, os personagens locais valorizando suas contribuições como fontes relevantes para entender a vida comum de locais ignorados muitas vezes. Ou trilhando um caminho que segundo Delory-Momberg (2016) passa pela intencionalidade dos escritos.

O ser humano faz a experiência de si mesmo e do mundo em um tempo que ele relaciona com sua própria existência. A temporalidade biográfica é uma dimensão constitutiva da experiência humana, por meio da qual os homens dão forma ao que vivem. Essa temporalidade biográfica tem sua gramática ou sua sintaxe fundamentada na sequência narrativa matricial que representa a trama da vida entre o nascimento e a morte. A pesquisa biográfica faz assim reflexão da inscrição do agir e do pensar humanos em figuras orientadas e articuladas no tempo que organizam e constroem a experiência segundo a lógica de uma razão narrativa. De acordo com essa lógica, o indivíduo humano vive cada instante de sua vida como o momento de uma história: história de um instante, história de uma hora, de um dia, história de uma vida (DELORY-MOMBERG, 2016,p.136)

A pesquisa biográfica assume ainda aspectos éticos e políticos, segundo a autora, pois compreende uma responsabilidade para além do âmbito científico se coloca num campo da educação humana para ela ‘A “fala de si”, em todos os seus aspectos, serve como um meio pelo qual os indivíduos podem acessar um conhecimento e um poder internos, capacitando-os a se desenvolver e a agir como “sujeitos” em relação aos outros e na sociedade’. A sociedade é estruturada de diferentes formas. Essas diferenças se concretizam nas residências, nos locais, nas regiões em que vivem ou viveram por exemplo. As leituras biográficas permitem o reconhecimento social de forma compreensível, acontece uma ‘apropriação da história contada, dos objetivos do sujeito o que para Delory-Momberge (2016) ‘permite ao leitor a emancipação por meio de sua racionalização dos feitos narrados permitindo-lhe se quiser passar pelo próprio processo. O vetor pelo qual os seres humanos acessam a um saber e a um poder deles mesmos que lhes dão a capacidade de se desenvolver e de agir enquanto “sujeitos”(2016).

Chartier ( ), discute em seu texto a questão das práticas que são produzidas por representações inseridas no tempo e local, isso porque esses dois elementos definem como se dá a absorção da cultura e as representações daquilo ou daquele estudado. As biografias conversam com esses aspectos pois são realmente consequências deles, essas forças moldam o sujeito e sua realidade. É impossível pensar que modelos prévios definem esse sujeito, contudo, a forma como o sujeito lê a realidade, como se fora um texto se impõem a prática social por meio das adaptações desses símbolos desse sujeito biografado e se materializam em suas ações referenciada nessas leituras múltiplas da realidade e dos textos que carregam. Entender o que diz o biografado é ler seus processos históricos. Esses que ele disponibiliza ou não nas autobiografias ou nas biografias revela ainda o que esconde, escolhas, modos e modelos que variam no tempo e lugar, essa prática é cultural pois é recebida e materializada portanto se significa e ressignifica como aspectos de cultura. É isso que alcança os professores e estudantes. O interesse do professor, pode ser influenciado por sua área de especialização, suas preferências pessoais e sua compreensão dos temas relevantes para a turma. Em segundo lugar, os interesses e realidades específicas dos alunos também desempenham um papel importante na escolha dos personagens e biografias a serem abordados. Os alunos podem ter interesse em figuras históricas desde que reflitam suas próprias identidades, experiências culturais ou contextos sociais. Mas primeiro é preciso ser percebido como possibilidade a escrita da história de personagens locais. Além disso, a disponibilidade de obras e dados biográficos para os personagens selecionados também pode influenciar a escolha, pois é importante contar com recursos adequados para apoiar o estudo e a análise das vidas individuais e contribuições históricas dos biografados.

O grande problema é que é preciso encontrar os meios para a realização. Para isso foi preciso buscar as fontes para o trabalho. Seguimos o caminho dos arquivos. Anjos (2012) trabalhou com a questão de arquivos com um importante questionamento, a saber, o arquivo como “lugar de memória’ e a transformação que a prática historiográfica nele realiza ao torná-lo, um “Lugar para a História” é importante notar que apesar da diferença do campo onde isso foi pesquisado o texto fala sobre representações sociais, cultura, só que nos ambientes escolares das escolas do Paraná no século XIX. Aqui procuramos focar na formação do padre e seu protagonismo, entretanto a questão das representações estão ali nas letras do seu ego documento que revelam as motivações de suas ações e de como o levou a participar da construção de uma cidade de trabalhadores. A cidade do Guará surgiu à margem do maior exemplo de cidade modernista do mundo, que é Brasília. Os documentos que nos nortearam foram em grande parte conseguidos nos fundos do Arquivo Público do Distrito Federal, segundo a seu sítio na Internet, “Criado em março de 1985 através do Decreto nº 8.530, o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) funciona sob a supervisão da Casa Civil do Distrito Federal. Sua função primordial é organizar e gerenciar a coleta de documentos produzidos e acumulados pelo

Poder Executivo da capital brasileira, além de documentos privados de interesse público” (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Anjos (2012) afirma a importância do uso dos arquivos desse tipo possibilitaram a ele realizar a reflexão acerca de uma experiência de pesquisa em história da Educação no século XIX. Essa busca se deu no Arquivo Público Municipal Casa da Memória da Lapa (PR). Para ele ao publicizar o arquivo o historiador se presta um importante papel de divulgação não só de seu acervo mas, de como ele permite fazer a passagem do documento para a criação de elementos para o conhecimento da história, para o autor o historiador deve buscar conhecer os arquivos para que possa, segundo suas palavras, transformar o Arquivo “lugar de memória” e a transformação que a prática historiográfica nele realiza ao torná-lo, um “Lugar para a História”. Para Anjos (2012) o arquivo é um importante meio de conservação histórica com algumas peculiaridades. Socialmente é considerado como objeto de conservação da realidade, do que foi, ou ainda do próprio fato. Esquece-se de que o arquivo é um objeto tratado por alguém, o arquivista, é esse personagem que determina o que manter, para onde deve caminhar sua narrativa e o que será preservado. Afirma Anjos (2012). ‘Essa lógica do arquivo impõe, já de início, consideráveis limitações à produção do conhecimento histórico que o toma por base, na medida em que descarta com frequência boa parte da documentação que poderia apresentar as contradições presentes nos processos históricos, as lutas e tensões entre o Estado ou uma instituição ou ainda os sujeitos que os integram, por exemplo.

Fica muito claro que o autor parte da ideia presente em autores como Pierre Nora, e Peter Burke, dos quais bebe para afirmar que a lógica da construção dos arquivos leva em conta o que é importante, mas essa importância está delimitada pelo sujeito que constroi o arquivo recortado da realidade aspectos, não ela como tal. No momento que o faz revela ao esquecimento muitas vezes as tensões e conflitos da realidade que muitas vezes propõem o tal documento em forma de lei por exemplo, como documentos de manifestação quanto a alguma coisa da realidade, dos processos históricos e principalmente de seus personagens agindo naquele momento. Quem escreve um documento primeiro tem que ser alguém legitimado por processos de reconhecimento, são por assim dizer juramentados, autorizados a fazê-lo. Exercem poder de recortar e construir uma realidade oficial, de outro lado tem também o poder de criar o esquecimento do que não convém lembrar.

No primeiro caso, o da memória social, o Arquivo torna-se o lugar que ajuda a apresentar às gerações futuras determinadas imagens do grupo ou instituição que nele deposita sua documentação, das quais se constitui baluarte e guardião. Ele oferece, a partir de um conjunto de realidades que ajuda a recordar, uma identidade para o grupo que o institui. No segundo caso, o da amnésia social, ele constitui-se no lugar que sentencia ao esquecimento aquilo que seus mantenedores ou organizadores consideraram não importante ou mesmo indesejado de ser lembrado nessa memória social em construção. O arquivo “lugar de memória” serve, então, tanto para recordar o passado como para esquecer e “apagar” algumas das suas facetas. (ANJOS, 2012, p.175)

Existe ainda um aspecto muito importante levantado pelo autor e é o relativo que chama de que os textos dos arquivos são acontecimentos para o historiador. Mesmo que relativizados pelo recorte, ainda assim os textos permitem ao historiador a possibilidade de conhecer algo. De conhecer algo sobre os sujeitos, sobre o contexto, naquilo que chama de experiências do sujeito e como ele se comporta na sua relação com a sociedade em que vive. Multifacetado, por óbvio, mas ainda assim real dentro de uma rede de experiências sociais, com o relato dessas vivências, que estão nos relatos das autobiografias.

Para Viñao (2000) a autobiografia passou despercebida por um tempo devido a alguns fatores que ele aponta. Em primeiro lugar, isso ocorreu devido à predominância, geralmente, de enfoques essencialistas, construída em torno dos personagens históricos da macroestrutura, como ícones de uma sociedade assim por exemplo é comum surgir líderes de governos, dos exércitos, entre outros sistemas variando de acordo com as épocas e os países. Em segundo lugar, a ligação da história das biografias com o modelo de construção de personagens e ufanismos sem medida como foi feito no século XIX por exemplo. Afirma, existe um locus sendo criado cada vez mais, é o pensar sobre a relação da história com o sujeito, como dizem e o que dizem, como vivem, como se realizam como indivíduos. O interesse mostrado na história cultural do social se relaciona com isso, é um interessar-se pela história dos que estão abaixo, das camadas subalternas como apropriação de signos e de cultura., mas principalmente da forma como interpretou toda a carga em que estava inserido. Afirma ainda que para entender o porquê da valorização da biografia pessoal se dá porque ela conta a história de protagonistas regionais, de movimentos como os trabalhistas, populares, religiosos, de personagens anônimos aqueles, outrora entendidos como irrelevantes. Agora passam a ser não só relevantes mas essenciais para entender os processos de construção histórica local.

Para Viñao (2000) essa mudança de perspectiva decorre do maior espaço conquistado pela micro história, pois ela trabalha em conjunturas de escala reduzida e lá se realiza a observação. Fato que só é possível por uma aproximação do sujeito que se dá por exemplo graças a uma análise intensiva de material documental. Os documentos a que o autor se refere são diversos. Os egos documentos são exemplos de fontes importantes para pesquisa, pois são textos auto referenciados. É possível dizer pelos textos o que existia no íntimo do sujeito naquele momento. Se refere a ele mesmo. Encontramos o sujeito histórico no momento em que vivenciou o fato naquele lugar especial, naquele tempo, o texto é o refúgio desse “eu” que se converte em elemento de referência, a saber em texto, e que se transforma então em um campo de investigação.

A investigação do sujeito por meio daquilo que ele diz sobre ele mesmo. Permite captar aspectos que não eram visíveis desde uma perspectiva mais geral. Em especial, as contradições e separações e fissuras pelas quais os seres humanos operam em seus sistemas prescritivos e normativos, adaptando-os à sua mentalidade e necessidade, em um jogo de relações recíprocas entre o reino da liberdade e o da necessidade. Outro caminho de enfoque ou perspectiva que tem recolocado o sujeito no centro da atenção dos histo-

riadores é a questão de gênero. A questão de gênero tem colocado sobre a mesa a voz de uma parte da sociedade silenciada pela história, a mulher. A autobiografia, a memória, o testemunho, as lembranças, as impressões, o autorretrato, as próprias confissões, o seu dia-a-dia, as suas agendas, os livros de família, um livro de contos, um livro de cotidiano, uma carta. Todos esses elementos são pontes de encontro para Viñao (2000), são todas pistas de referências sociais. Por trás das escrituras autorreferenciadas existe alguém que escreve, um autor, e mais de valores sociais auto-referenciados e adaptados, são valores culturais, portanto inseridos no contexto de uma sociedade entretanto adaptados de forma individual.

Percebe-se que os dos ego-documentos se movem entre dois campos, o pessoal e o privado, relacionando-se então com o exterior e o público, desde o momento zero, o momento em que ele começou a escrever e aceitou, com todas as limitações, com todos os medos que essa pessoa tem, que o que for escrito pode ser lido por alguém. E isso está contido na escrita como uma correspondência entre o escritor é aquele que vai ler, por ele e outro. Carla Bassanezi Pinsky (2010) acredita ser interessante observar como a abordagem da História tem mudado ao longo do tempo. A tradicional narrativa baseada em fatos e nomes tem agora uma forma concorrente com ênfase na história social e cultural, onde os estudos das mentalidades e representações desempenham um papel importante. Pessoas comuns, com suas experiências individuais, estão sendo reconhecidas como sujeitos históricos válidos. O cotidiano tornou-se uma parte significativa do currículo escolar, como objeto de estudo e o etnocentrismo está gradualmente sendo deixado como forma única do saber histórico em favor de uma visão mais pluralista e inclusiva da história. Para a autora é notável como temas como meio ambiente, gênero e direitos humanos podem e estão recebendo uma atenção crescente por parte dos historiadores. Isso reflete uma mudança de paradigma na disciplina, onde questões sociais, culturais e ambientais estão sendo cada vez mais integradas à narrativa histórica. Essa abordagem mais ampla e inclusiva permite uma compreensão mais completa e contextualizada do passado e de suas implicações para o presente e o futuro. Por outro lado, o estudo das biografias e autobiografias permitem um diálogo com esses novos temas

A biografia está sendo trabalhada de forma a construir objetos de pesquisa utilizando abordagens da micro-história, a história vista de baixo, a história oral e a história antropológica. Essas perspectivas oferecem uma compreensão mais profunda e contextualizada da vida permitindo-nos explorar não apenas suas ações e realizações de forma individual, mas também as forças sociais, culturais e políticas que moldaram sua trajetória. Ao utilizar essas diversas metodologias, os historiadores podem oferecer uma narrativa rica e multifacetada, que lança luz sobre os detalhes e nuances da vida e principalmente seu impacto na história mais ampla de sua época. Pinsky (2010) lembra em seu texto que a história possui em sua narrativa uma verdade essencial da natureza, que é também da vida. Outrossim, sempre há um elemento de indeterminação e imprevisibilidade na vida de cada indivíduo, bem como nos eventos históricos. Por mais que tentemos

entender e explicar o passado, sempre haverá aspectos que permanecem desconhecidos ou inexplicáveis. Isso nos lembra da complexidade da condição humana e da necessidade de humildade diante da vastidão do tempo e da história.

Não obstante, uma outra questão parece ser relevante nesse debate todo, estamos nos referindo a pesquisa histórica na etapa do ensino fundamental, é possível pensar em pesquisas voltadas à relação entre pessoas e suas histórias de vida e conteúdo programático? Para Pinsky (2010) o trabalho com biografias em salas de aula se justifica por duas razões principais. Primeiro, o forte apelo que esse gênero exerce sobre o público em geral, devido ao interesse natural nas vidas individuais e na trajetória de figuras históricas. Segundo, o papel que a biografia desempenha como representação no contexto histórico ao qual pertence o biografado. A biografia, por ser um gênero literário popular, desperta a curiosidade dos estudantes ao fornecer nomes e fatos concretos que tornam o processo histórico mais tangível e pessoal. Ela personaliza a história, permitindo que os alunos se identifiquem com as personagens e se interessem pelos momentos históricos. Portanto, o objetivo não é exaltar apenas os grandes homens, mas sim incorporar a história social e cultural, tanto de figuras comuns quanto de líderes e artistas, como representações de seus períodos históricos. Essa abordagem mais ampla e inclusiva enriquece o ensino da história ao contextualizar os eventos dentro das experiências individuais e coletivas dos protagonistas do passado.

Não podemos esquecer o momento que o conteúdo da história passou e em alguns locais ainda têm passado por muito questionamento por parte de setores da sociedade. A autoridade de guardião e intérprete de conteúdo sociais consolidados que era desempenhado por professores de humanas, passou a ser reduzida a uma interpretação relativa e às vezes chamada de doutrinação. Como professor de história posso afirmar que existem momentos de constrangimento devido a questões como o terra planismo e ainda as tais narrativas fundadas na máxima “eu penso assim”, entre outras máximas trazidas por alunos e até mesmo professores. É preciso reconciliar a sala de aula, aproximar professores e estudantes. Este afastamento não se reduz a fatos isolados. Não se pode esquecer ainda que a própria produção dos conteúdos históricos são por muitas vezes conteúdo distantes da realidade do estudante. Pinsky (2010) percebe que é comum na história política percebermos os rostos e os nomes dos indivíduos como líderes, pois muitas vezes são essas figuras que desempenham papéis proeminentes em eventos históricos importantes. Esses líderes políticos muitas vezes são destacados devido ao seu papel na formulação de políticas, na tomada de decisões ou na condução de movimentos e revoluções. Suas ações e ideias podem ter um impacto significativo na história de uma nação ou de um povo, e é por isso que eles recebem uma atenção especial nos estudos políticos e históricos. No entanto, é importante também reconhecer o papel das massas e dos movimentos sociais na história política, além de considerar o contexto mais amplo em que esses líderes emergiram e atuaram. Se existe uma influência nesses processos de forma efetiva e real ela se dá na seleção dos personagens e biografias para serem estudados em sala de

aula depende principalmente de dois elementos principais. Em primeiro lugar, o interesse do professor, que pode ser influenciado por sua área de especialização, suas preferências pessoais e sua compreensão dos temas relevantes para a turma. Em segundo lugar, os interesses e realidades específicas dos alunos também desempenham um papel importante na escolha dos personagens e biografias a serem abordados.

Neste sentido Silva (2010) afirma que a biografia pode facilitar aos professores um instrumental para a sala de aula pois dialoga com o espaço em que o aluno se encontra o espaço do cotidiano devido a História passar a falar de personagens contemporâneos dos estudantes e de sua vida privada, assunto muito visitado hoje em dia em muitas mídias disponíveis digitais ou não. Silva (2010) situa a autobiografia e as biografias no campo da micro história assim como a análise das pessoas comuns, e a reconstrução de seus passos é a reconstrução da própria história. Para ela, o trabalho do historiador deve focar tanto nos grandes personagens quanto nos guerreiros do dia-a-dia. Os estudantes podem ter interesse em figuras históricas desde que reflitam suas próprias identidades, experiências culturais ou contextos sociais. Mas primeiro é preciso ser percebido como possibilidade de trabalho pedagógico com o foco na escrita da história de personagens locais. Além disso, a disponibilidade de obras e dados biográficos para os personagens selecionados também pode influenciar a escolha, pois é importante contar com recursos adequados para apoiar o estudo e a análise das vidas individuais e contribuições históricas dos biografados.

Sem dúvida, a história da vida de um personagem histórico pode ser aproveitada de forma eficaz para uma abordagem interdisciplinar com outras disciplinas, como literatura, cinema e língua portuguesa Silva (2010) afirma que a biografia e ou a autobiografia reflete a discussão do papel dos cidadãos comuns, pertencentes a um grupo social, a um espaço geográfico, e por exemplo a possíveis soluções que eles a partir da reflexão crítica possam criar. Por exemplo, a leitura de biografias pode enriquecer a compreensão dos contextos históricos abordados em obras literárias, permitindo uma análise mais profunda das influências pessoais e sociais sobre os autores e seus trabalhos. Da mesma forma, filmes biográficos podem oferecer uma representação visual e emocionalmente impactante da vida de um indivíduo, complementando o estudo histórico com uma perspectiva audiovisual. Além disso, a análise das narrativas biográficas podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e interpretação textual dos alunos, tornando o estudo da história mais dinâmico e envolvente. Em suma, a interdisciplinaridade entre história e outras disciplinas pode enriquecer significativamente o processo de aprendizado e promover uma compreensão mais holística e contextualizada do passado.

## **E QUEM FOI PADRE ALEIXO NA CONSTRUÇÃO DO MUTIRÃO**

A justificativa para escolher esse personagem como objeto de estudo para meu artigo está ligada à total relevância histórica e social deste padre dentro do processo de

formação do Guará, a chegada dele nesta área, acontece no que se conheceu então como Mutirão. Sua vida se mistura com a história da ocupação desta área periférica e com a de Brasília. O padre foi personagem fundamental para a compreensão da formação daquilo que se costuma chamar de dinâmica social envolvendo seus habitantes na fundação da cidade. Inicialmente é preciso perceber dois aspectos: quem foi o Padre Aleixo como cidadão em sua história pessoal, e segundo como o resultado dessa formação acaba impactando suas obras para o surgimento da própria cidade.

É que esta dinâmica social, história do padre acaba por resgatar a memória da cidade de forma peculiar ao mesclar a trajetória do Padre Aleixo Susin (a partir de agora P.e. Aleixo) fundador da Paróquia São Paulo Apóstolo no Guará I, com a construção das casas do chamado Mutirão. A figura do padre foi central no processo de organização e apoio aos trabalhadores que se estabeleceram na região do Guará. A centralidade se dá de forma dupla pois atuou como organizador de uma comunidade coesa e solidária, chamada de paróquia mas também na construção física do bairro. É impossível pensar em todas as suas obras sociais na igreja, esse aspecto importante não é o objeto do texto, provavelmente foi responsável por diversas iniciativas em prol da comunidade local para além da construção da igreja, sabe-se da organização de atividades pastorais, a criação de programas de assistência social e caridade, e o estabelecimento de grupos e movimentos religiosos para os fieis. Entretanto compreender sua influência e as estratégias utilizadas para mobilizar os trabalhadores oferece uma visão rica e detalhada sobre os desafios e conquistas desse período estimuladas também por ele. É preciso reconstruir sua história desde Caxias do Sul, sua cidade de origem, perceber um outro contexto que o cria como personagem, que é a questão da descendência italiana somada à formação católica. Ele é filho da cidade de Caxias do Sul no estado do Rio Grande do Sul.

A prefeitura de Caxias do Sul em seu sítio oficial da internet relata a história da cidade inter-relacionando a com as ondas de imigração italiana para o Brasil. Segundo o sítio, a região que hoje compreende Caxias do Sul era uma região de tropeiros ocupada por indígenas sendo a região chamada Campo dos Bugres. O sítio determina a mudança da região de forma categórica, a passagem de uma região originalmente selvagem para a cidade que viria a ser acontece a partir de 1875 com as primeiras levas de imigrantes italianos em busca de novas condições de vida. Seu nome Caxias do Sul surge de uma homenagem a Duque de Caxias, o município só receberia a categoria de cidade em 1910, chamando-se Caxias, o complemento que a tornaria Caxias 'do Sul' só aconteceria em 1944 segundo o site devido a um decreto local. E sendo a cidade de nascimento do padre tão ligada à questão da imigração italiana é preciso antes perceber que existiram diversas formas de imigração italiana, dependendo do contexto os imigrantes do velho mundo eram recebidos de diferentes formas.

Alvim (1986) afirma que a questão da imigração italiana também foi campo de disputa. Durante muito tempo, a historiografia italiana, principalmente a contemporânea, explicava a emigração de massa, ora no fator “expulsivo”, ora no “atrativo” nos termos

da autora. Mas não só essa questão existia ainda a polêmica hipótese de ter sido o crescimento demográfico da Itália no século passado, responsável pela situação de miséria, o que levou à emigração daqueles que não conseguiam trabalho no próprio país. A autora afirma que recentemente, porém, os autores italianos chegaram a um acordo, estabelecendo que a emigração de massa só pode ser analisada dentro de um quadro mais amplo do crescimento mundial do capitalismo. Os grandes latifúndios surgiram nas terras italianas e foram decisivos tanto para a fome quanto para a imigração tornando a Itália uma grande fornecedora, se não a maior, de mão de obra no século XIX.

Do lado expulsor, a Itália, isso se explica pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta, pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente. Tal processo não se deu de maneira uniforme, mas, à medida que se implantava, foi liberando um excedente de mão-de-obra que o próprio país não tinha condições de absorver. Para esses, a sobrevivência passava pela emigração (ALVIM, 1986,p. )

E o segundo fator, o atrativo, era desenvolvido pelo agro brasileiro. Esse que necessitava de mão de obra barata e abundante na transição da mão de obra escrava para a mão de obra paga nos anos de 1870. Um exemplo é a exploração das propriedades em São Paulo num primeiro momento com o modelo de parceria, modelo que fracassou mesmo porque ela aconteceu concomitante ao modelo de mão de obra escrava ainda existente. A questão dos trabalhadores do modelo escravo para o assalariado foi portanto paulatinamente inserida o pós escravidão se apoiou no trabalho dos italianos. Foram esses trabalhadores que foram para Caxias do Sul, São Paulo, Paraná, e tantos lugares do Brasil, o desejo pelo pedaço de terra para produzir e viver. Assim a descendência italiana vinha carregada pelas marcas da pobreza, carestia, e luta pela sobrevivência. Trazia consigo também os elementos da religiosidade católica. Nesta busca das raízes do P.e. Aleixo além de sua descendência a escolha na formação de seu sacerdócio é essencial. Este mesmo contexto de mudança estrutural na Itália do século XIX influenciará também uma igreja que também já vinha abalada desde a revolução francesa, que apesar de ter acontecido no país próximo influenciou as relações de Estado e Igreja lá e em toda a Europa. Segundo Arruda e Piletti (1997) a revolução Francesa está inserida no que os autores chamam de Era das Revoluções Burguesas iniciado no fim do século XVII e nesse caso se a revolução Industrial inglesa (1760) marca a transformação dos processos e de situações como o surgimento da indústrias mas também no campo no surgimento do capitalismo agrário de grandes propriedades os enclosures (grandes parcelas de terra) e a expulsão dos pequenos trabalhadores rurais do campo para a cidade, por outro lado a Revolução Francesa marca a mudança do homem abandonando os valores e estruturação da sociedade feudal baseada no sangue e na consanguinidade em função da sociedade burguesa com valor no trabalho e no capital. Esse momento marca também uma expansão e imi-

gração de congregações católicas segundo Orides(2016) não podemos desconsiderar os efeitos da Revolução Francesa principalmente quanto a posição da igreja católica. Para além da Revolução do Estado moderno temos uma revolução da forma como o homem percebia sua própria sociedade. Ideias como as de o Positivismo de Auguste Comte, o socialismo e o Liberalismo, e a teoria da evolução de Darwin, foram decisivas para a busca por novos locais. Segundo ele ‘nesse contexto, a Santa Sé e os líderes da Igreja na Europa e na América voltaram seus olhos para a América do Sul, especialmente para o Brasil, como um local onde os imigrantes poderiam encontrar um ambiente mais tranquilo e a Igreja poderia ter mais esperança e paz’.(2016)

No Rio Grande do Sul, a maioria da população era católica, mas praticava um Cristianismo caseiro, resultante da mistura de açorianos, tropeiros, bandeirantes, militares e resquícios de indígenas das reduções jesuíticas. Foi a partir dessa época que algumas Igrejas cristãs-evangélicas começaram a chegar ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, assim como várias congregações religiosas. No Rio Grande do Sul, existem atualmente 105 grupos religiosos distintos; no Brasil, chegaram 29 congregações no século XIX, no século XX e cinco em séculos anteriores. No Rio Grande do Sul, a maioria das congregações chegou no século XX, totalizando 86 das 105 existentes, incluindo os Josefinos de Murialdo, que chegaram em 1915.(ORIDES, 2016,p.28 )

A congregação dos Josefinos de Murialdo é formada por devotos de São José. Estes valorizam o trabalho atuando principalmente junto aos jovens e adolescentes com ações educativas e pastorais sendo o objetivo estar próximo aos pobres e necessitados. A história da Congregação de São José está intimamente ligada ao Colégio Artigianelli de Turim e tem por lema ‘Ide pelo mundo universo’. Para Orides (2016) Caxias do Sul é importantíssima nessa relação Ítalo-brasileira da religiosidade, e definitiva na relação de vida do P.e Aleixo com a cidade do Guará. Entretanto, antes de sua chegada ao Mutirão P.e. Aleixo percorreu cidades como Roma, Porto Alegre, e outros locais que ele mesmo conta em seu livro de memória de nome Reminiscências (2003). Neste livro o padre conta uma série de fatos de sua vida desde sua ordenação até fatos mais recentes, recortamos os fatos que antecedem sua chegada ao Guará até a decisão da construção da capela. Com esse texto autobiográfico procuramos entender todo esse processo. Destacamos por exemplo que o estudo da micro-história já não é algo estranho ao campo da História muito devido a obras como O queijo e os vermes de Carlo Ginzburg (2010). Ali o autor italiano defende a ideia de que dar voz aos de classes inferiores, antes condenados ao silêncio, principalmente em seus textos biográficos, podem revelar um universo representativo como o que chama de microcosmo daquele estrato social em um determinado período histórico.

Assim como a língua a cultura oferece segundo Ginzburg (2010) ‘possibilidades latentes’ que podem ser traduzido por, horizontes, fortes, flexíveis e adaptados pelos sujeitos mesmo sendo condicionadas por outras forças, espaços mínimos que sejam de adaptação à os fatos do momento em que vivem, como essas informações eram lidas por

sujeitos como nosso padre. E afirma Ginzburg (2010) o que emerge desses relatos é o que se chama mentalidades. Entretanto segundo o autor é importante ressaltar que a mentalidade que ele percebe é algo específico da religiosidade do século XVI que dominava totalmente corações e mentes socialmente hegemônica naquele momento na Itália, mas que não se pode afirmar que sejam as mesmas ideias de todos os que ali vivam, por exemplo quando se fala da comunidade de artesãos da cidade por exemplo. No caso do nosso personagem, temos um sujeito ligado ao cabedal de conhecimentos religiosos que dominavam totalmente, que o condicionava independente de avaliações valorativas, falamos de um tipo de mentalidade religiosa da ordem católica a que estava submetido. Podemos perceber essa relação já na apresentação de seu livro, quando o autor afirma: ‘Sempre tive muita devoção a S. José, desde que entrei em sua congregação. Em grande parte, o devo ao exemplo do saudoso Pe. João Schiavo e do seu grande amigo falecido Pe. Cornelio Todesco. São José e almas me ajudaram e protegem de modo palpável e extraordinário em diversas situações’. Nascido em 1927 em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Pe. Aleixo tomou a decisão de seguir a vida religiosa, chamada Profissão Perpétua em 1948 em sua cidade natal, sendo ordenado em 1953. Entre 1950 seria mandado para uma escola da ordem e no mesmo ano seria enviado para terminar sua formação em Roma.

Aliás ele conta de sua estada em Roma fora uma grande provação, não devido a rotina de formação, mas devido a sua dupla. Ainda no seu primeiro ano na cidade da Santa Sé, ele e outro seminarista brasileiro que chegaram junto no navio do Brasil foram também escolhidos para estudar juntos na Escola Gregoriana. Para Pe. Aleixo isso era uma honra, um grande privilégio, o mesmo sentimento de gratidão não era dividido pelo seu companheiro de empreitada. Este seminarista já vinha desde o Brasil com uma má fama quanto ao seu mau humor, segundo os seminaristas que estudam com ele tinha o hábito de manter velas acesas todas as noites em sua tenda e de passar os dias mal-humorado sem falar com ninguém, nem mesmo com os superiores da irmandade, afirma o padre que mesmo que fosse feito talvez nada seria resolvido pois naquele momento era a obediência cega que reinava assim o que os superiores diziam era lei, sem questionamentos. O companheiro de cabine desde a saída do porto de Santos não lhe dirigia uma palavra e qualquer tentativa de conversa era imediatamente respondida de forma agressiva, ao chegar em Roma foram designados a passar a formação de 4 anos juntos no mesmo quarto. O período de formação na escola Gregoriana foi marcado pelas constantes faltas do mau-humorado noviço. Após os 4 anos de seminário, ao pegar o trem de volta confessou finalmente que não queria ser ordenado a vida de padre era uma promessa à mãe que o queria ver padre, mas ele não ao chegar no Brasil após algum tempo pediu desligamento e voltou a vida anterior a de padre.

Esta história nos mostra algo que aparece na obra *Stemma Ferrarini Da Itália ao Paraná- 100 anos depois* (1989) de Sebastião Ferrarini, afirma o autor que os vínculos familiares asseguram a perpetuação das mais sagradas tradições, herdadas e trazidas das mais belas da bela Mãe Itália” (1989), mas Pe. Aleixo nos fala que não seria apenas a

questão da tradição que colocaria jovens descendentes de italianos nas linhas da igreja. Em uma outra passagem sobre sua vida, o Pe. Aleixo afirma sobre a fome

Nós religiosos fazemos voto de pobreza, mas na prática não somos pobres. Temos tudo à disposição. Não nos falta nada. Comida excelente. Dinheiro, e só pedir, Turismo religioso Plano de saúde. Não precisamos nos preocupar com o futuro. Não precisamos preocupar com o futuro. Temos todas as garantias Somos de classe, classe média. Posso dizer que em 1968 vivi realmente pobre. E foi o ano em que proclamei a minha independência, aqui de Brasília. Não tinha dinheiro. Não tinha recursos. Trabalhando duro como operário no famoso “Mutirão “aqui no Guará. Hospedado no Instituto La Salle perto de Taguatinga. Os beneméritos irmãos Lassalistas, além das refeições de manhã, me concediam as sobras da janta para o meio dia, para levar ao trabalho. Sobras que deveria repartir com os colegas de trabalho que não tinham o que comer (SUSIN, 2003, p. 242)

Desde a fundação da Congregação dos Josefinos de Murialdo por seu fundador Leonardo Murialdo (1828-1900) o objetivo da Congregação é a dedicação aos pobres, aliás é uma missão histórica do fundador do Cristianismo. Seguindo a obra de Orides (2016) percebemos que no autor a definição de uma real missão da igreja, a saber, é *santificar-se através dos pobres*. Segundo o autor, a Igreja é muito exigente e sábia não declara ninguém bem aventurado ou santo sem sondar-lhe em profundidade toda a vida, sem examinar suas obras, seus atos, seus escritos. (p.24). Orides (2016) afirma ainda que a Congregação dos Josefinos de Murialdo então buscava se identificar e dar preferência ao trabalho que converge para a juventude carente e abandonada, pois é essa obra que cria modelos de santos e sacerdotes. Esses que assim o fizeram viveram na santidade, fundamentada de forma sólida. Segundo o fundador dos Josefinos de Murialdo que era alguém abastado é preciso dedicar-se inteiramente aos pobres assim como o fundador Leonardo Murialdo (1828-1900) o fez na cidade de Turim em sua época. Esse tipo de explicação pode trazer elementos da mentalidade de Pe. Aleixo, a busca da santidade pela obra. Contudo em seu livro em nenhum momento ele afirma buscar a tal obra de santificação ou em função desta. Apesar de Orides (2016) traçar esse ideal para a congregação. Percebemos que a questão levantada por Ferrarini (1989) não deve ser desconsiderada pois segundo afirma Alvim (1986) os italianos ao chegar no Brasil buscavam se normalizar como parte de um país que não os recepcionou com os braços tão abertos como faz parecer o senso comum. A única forma de evitar o esfacelamento de seu grupo social era trabalhar em grupo assim as empresas familiares, as colônias, e ainda a manutenção de valores da sociedade anterior, nesse caso o catolicismo. A Italia, a que pertenciam, afinal, a antiga pátria também não os ampararia para um retorno, assim aqueles valores da congregação que conduziria a uma santificação ao mesmo tempo serviria de substância que consolidada esses que aqui chegavam como parte da comunidade em uma nova comunidade. A participação em congregações abriam então um campo de legitimação social por meio dos afetos religiosos de uma entidade já aceita pelos locais, os portugueses eram católicos em grande medida, pode-se pensar na hipótese de que santificaram-se e normalizaram-se pela igreja e suas obras nas localidades.

Quando o Pe. Aleixo volta ao Brasil no ano de 1954 ele seria nomeado chefe dos noviços em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, ali estudou filosofia e retórica com grande dedicação. Em 1956 foi transferido para Caxias do Sul e lá também seria chefe de noviços na Comunidade Conceição seguiu então em 1960 ainda na região para o mesmo cargo na fazenda Souza, Antes de vir para o Distrito Federal foi pároco em Porto Alegre. De lá virá para Brasília.

Na busca pela história de nosso personagem principal precisamos estabelecer o contexto da Construção da nova capital. O Guará surge no contexto das cidades satélites, nome que possuíam na época de suas construções. Mutirão foi o primeiro nome dado à organização da construção comunitária de moradias que surgiu próximo ao Setor de Indústria e Alimentação (SIA). Esses imigrantes que chegaram a Brasília vieram para construir a nova capital, com a promessa de residência que foi cumprida apenas em assentamentos distantes em casas de madeira. Os sujeitos das primeiras ocupações eram os trabalhadores que não seriam acomodados dentro do território principal, que era reservado principalmente para militares, altos escalões do serviço público e professores em prédios das 400. Os trabalhadores, portanto, foram “periferizados”, e a cidade criou locais distantes para assentar essas pessoas. Não é o caso do Mutirão, futuro Guará, que está localizado a 14km do plano piloto Taguatinga por exemplo está a 22 km de distância é o Gama a 33 km Taguatinga, por exemplo, surgiu do esgotamento da política das casas de madeira das construtoras que assim agiam na capital sempre mantendo a política do provisório. Na Vila Sarah Kubitschek, nome original da cidade. Ali os trabalhadores poderiam adquirir terrenos para construir suas casas. “Taguatinga foi a primeira cidade-satélite criada pela Novacap com o objetivo de proporcionar aos candangos que ajudaram a construir a capital a aquisição de um terreno para a construção da casa própria” (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019).

Quando a cidade de Taguatinga foi criada, adiantou o plano de Lúcio Costa em 10 anos ao menos. Em 1958 a cidade tinha apenas alguns traços do ponto de vista da construção, contudo existia uma enorme pressão por moradia. Silva (1997) é incorreto falar que as cidades-satélites não foram planejadas, o que realmente aconteceu foi uma antecipação que desorganizou os prazos. Na verdade, nos parece que o erro estaria em pensar que os trabalhadores excluídos do Brasil desempregados, iriam trabalhar e voltar, afinal voltariam para aonde. O contexto do adensamento que ocorreu na Europa no século XVIII- XIX chega com mais força ao Brasil a expulsão desses camponeses que encontram sua terra de oportunidades. Ao construir Brasília o governo brasileiro que organizava seu salto para o mundo para a modernidade esqueceu que não possuíamos nemo mesmo máquinas, se utilizou da massa de mão de obra, sem máquinas, foi no braço dos desempregados que levantaram todas essas cidades Chain (2018) afirma que esse fator foi definitivo para a consecução da obra da modernidade e este é um dos motivos da pressão por moradias na nova capital. Segundo Silva, o presidente Juscelino Kubitschek foi convidado a jantar no restaurante JK, na Cidade Livre e segundo Silva 2 mil trabalha-

dores o esperavam ali. Foi preciso que o próprio Ernesto Silva falasse aos trabalhadores que a NOVACAP, criaria as cidades-satélites, um primeiro passo foi criar a Vila Sarah Kubitschek e depois Taguatinga.

Mendes (2006) nos fala que a Cidade Livre, nome dado a primeira das cidades satélites, era o assentamento que acolhia aos trabalhadores de baixo escalão, já aos servidores públicos e militares que chegavam do Rio de Janeiro e outras localidades como o Estado de Minas Gerais a forma era diferenciada. O acolhimento de muitos trabalhadores desse último grupo era morar em apartamentos e casas prontas, em uma quadra ou superquadra em fase de acabamento. Aos trabalhadores que apontavam as moradias desses privilegiados destinava-se às cidades satélites e seus diversos canteiros. Brasília era toda um canteiro de obras. A Cidade Livre era o local de concentração, reunião, e lazer, de boa parte desses trabalhadores lá era possível a instalação dos comerciantes desde que tivesse condições de se manter, mas como tudo em Brasília fora o plano piloto o resto deveria ser transitório. Mendes (2006) relata que o próprio nome “Cidade Livre” surgiu do fato da gratuidade dos lotes e da liberação do pagamento de impostos, o que a tornava atraente. O comerciante recebia um lote para construir seu comércio com uma residência aos fundos, desde que fosse de madeira, precisava ser provisória. O plano era a destruição total da cidade em 1960, segundo Mendes (2006), com Israel Pinheiro prometendo ‘passar o trator em tudo’. Além disso, Mendes (2006) relata a precariedade e os desafios de saúde pública para os habitantes naquele momento. Na Cidade Livre por exemplo, o jornal local se chamava “O Barbeiro” como referência à grande presença do barbeiro na região. Para evitar contrair a doença de Chagas usavam barba como solução barata. O jornalista Adirson Vasconcelos em sua obra ‘As cidades satélites de Brasília’ (1988), nos conta que o sistema de construção coletiva organizado por Rogério de Freitas Cunha tinha como objetivo resolver em parte, um grande problema originado pela construção da nova capital a falta de alojamentos para quem vinha para cá trabalhar. Os trabalhadores traziam suas famílias só que não tinham onde morar com os seus.

O Mutirão foi o nome dado a esta iniciativa que era um pequeno assentamento perto dos grande assentamento de trabalhadores que cercavam Brasília, nesse caso o problema era os trabalhadores da companhia da nova capital (NOVACAP) e do Setor de Indústria e Alimentação (SIA). A realidade dos trabalhadores que aqui chegaram aos montes era de precariedade total. Para eles a solução era reivindicar. E este fato também foi acompanhado pelo periódico. E uma experiência bem relevante que aconteceu em Taguatinga foi noticiada nas páginas do Correio Braziliense.

No caderno de 11 de dezembro de 1966, (10 constroem para 10 por 500 mil cruzeiros, 1966, p.19) no caderno dedicado às coisas de Taguatinga o jornal traz relatos de uma experiência promovida pelos “Voluntários da paz”. A associação organizou um modelo de construção de casas em cooperativa chamado de “10 constroem para 10 por 500 mil cruzeiros”. A ação coletiva conseguia entregar uma casa de 40m quadrados de área construída por 500 mil cruzeiros, a mesma residência era feita por uma construtora pelo preço de 2 milhões e

meio de cruzeiros. Foi uma ação bem sucedida tanto que, em 1968, entregou-se 2000 residências. O jornal Correio Braziliense relatou ainda que o mutirão de Taguatinga serviria de modelo para o mutirão dos servidores da Novacap. Os trabalhadores contavam tanto com organização do trabalho, quanto com os custos reduzidos, outrossim contavam com velocidade da construção e a forma de organizar as ações. Porém, o periódico ressalta que o mutirão de Taguatinga aconteceu em zona rural. Havia algumas novidades, uma foi a sua utilização em uma zona urbana. Outra no terreno do mutirão na cidade de Taguatinga não se fez uma planificação do terreno. (VENTURELLI, 2023)

É preciso pensar aquilo que o jornal informa, afinal se Taguatinga fora planejada, porque a desorganização tomou conta, segundo Silva (1997) foi a criação da Vila Dimas e Vila Mathias com a distribuição para apaniguados, vendas de lotes, que iniciaram a fase desordenada, mas vemos pelos relatos que na verdade a população precisou se servir muitas vezes de tecnologia fornecida pela igreja de fato que o jornal local relata o que acontecia aos domingos, assim na hora do descanso, nesse momento também se tornou importantíssimo o papel do representante da novacap. Rogério de Freitas, surgia o Mutirão com duas máquinas chamadas Cinva Ram produziam mil tijolos a cada 4 horas, terra e saibro eram do terreno, a areia da obra vinha do rio Corumbá e nesse ponto vemos a importância da participação decisória de Rogério de Freitas pois era enviada uma draga da companhia, buscava-se ainda pedra marroada. O material foi fornecido junto com a orientação técnica, mas não eram gratuitos, foram descontados na folha de pagamento dos trabalhadores. Se os trabalhos não fossem concluídos no período das férias, era cedido para o trabalhador meio período que depois era pago como hora extra à companhia. O jornal fez uma entrevista com os organizadores desta cooperativa de trabalho que usavam maquinário da igreja de São José e a ajuda do americano Bruce Johnson, de 24 anos americano, jornalista que se dedicou à causa das casas populares e ainda o padre Rui, da paróquia de Taguatinga Norte. Venturelli (2023) afirma que o mutirão dos funcionários da NOVACAP surgiu em 1967. Boa parte dos que vão participar são de Taguatinga. O surgimento das quadras, por exemplo, obedecia às regras, assim, cada uma que fora construída possui 10 casas e as casas seriam entregues quando do fim da construção da quadra, assim eram 10 casas entregues por vez

Cheguei aqui no dia 7 de janeiro de 1968. Vim de Caxias, Rio Grande do Sul. O Guará era só cerrado. Com dois meses que eu estava aqui, criei uma amizade muito grande com outro sacerdote, padre Artemio, que era muito amigo do Dr. Rogério de Freitas Cunha. O Dr. Rogério teve a feliz ideia de criar o mutirão. Como o padre Artemio era muito amigo do Dr. Rogério, tiveram a ideia de me colocar no mutirão também. Eu nunca tinha trabalhado duro, mas tive que começar. Eu estava hospedado no Instituto Agrícola La Salle, que hoje é o colégio La Salle, em Águas Claras. Eu pernoitava lá e durante o dia vinha trabalhar no mutirão'. (REVISTA DO GUARÁ, 2013, p.27)

Pe. Aleixo afirma nesta mesma entrevista que esteve junto à organização da primeira Santa Missa que foi rezada pelo Pe. Artêmio na ocasião da inauguração do Mutirão.

Essa contou com a participação de diversas autoridades e a data foi a de 21 de abril de 1967 e essa data vincula as duas cidades, o Guará e a moderna capital do país. Segundo Vasconcelos (1988) mesmo com todo o significado simbólico que a data carrega foi alterada em 1969 para 5 de maio data que não se vincula a coisa alguma na história da cidade. Fato é que os trabalhadores começaram as obras com o Pe. Aleixo colocando a mão na massa, afirmou, trabalhei entre os simples operários, fui escalado no grupo 36 para a construo de 12 casas (Revista do Guará, 2013).

Sobre o assunto Venturelli (2023), fez um levantamento de diversas notícias do periódico local que cobriu de perto a inaugurao da cidade. O Correio Braziliense na edio de 11 de dezembro de 1967 na matéria ‘MUTIRÃO’ cobriu de perto a inaugurao. Em uma de suas primeiras matérias, o periódico cobria justamente o fato relatado pelo Pe. Aleixo, o jornal cobriu a obra dos trabalhadores da NOVACAP e principalmente de como o fizeram de forma comunitária. O curioso sistema de mutirão de 10 servidores construindo 10 casas sem saber a quem seria dada tinha previsão para mais 90 residências apenas, sua continuao era incerta e dependia de aprovao. O Superintendente da Cia. Urbanizadora da nova capital (NOVACAP) Rogério de Freitas Cunha buscava ali naquela obra amenizar o problema de residências para os funcionários de sua empresa. e uma segunda matéria ainda na coluna de Ari Cunha (VISTO LIDO E OUVIDO, 1967,p.3) percebe que o Mutirão foi realizado nos períodos de férias para construir suas casas, nessa edio já se tem uma nova perspectiva para a cidade, que tinha como previsão 45 mil habitantes. Sobre esse ponto da ampliao das obras afirmou o Pe. Aleixo que um funcionário tinha a planta do futuro Guará, então eu já percebi que tinha quadras internas, quadras externas. Dava pra ver que ia se tornar uma grande cidade. Nós trabalhamos pensando nessa cidade que ia se transformar’.(REVISTA DO GUARÁ, 2013, p.27).

Nos sábados, domingos e feriados aparece uma legião de colaboradores, amigos, parentes, e companheiros de repartio de funcionários que assim vem duplicando o número de mão de obra para o trabalho. O entusiasmo  tamanho que funcionários estranhos ao grupo vem prestar horas de trabalho contando pontos para sua vez de construir a casa. As horas de trabalho que o colaborador empregou na construo de casas para seus companheiros são revertidas em seu próprio benefício. (VENTURELLI, 2023)

Em 11 de janeiro, (O MUTIRÃO,1968,p.10) o Correio Braziliense que o prefeito Wadj Gomide vistoriou o Mutirão da NOVACAP. nesta mesma edio o jornal destaca que a cidade do Mutirão que apelidou de “virando bossa” como fruto de uma modernizao de forma romântica baseada no movimento musical na moda é época a Bossa Nova. Ao mesmo tempo, a institucionalizao do mutirão ocorre em paralelo que  perceptível pela destinao de recursos para a construo das 2000 unidades pelo Banco Nacional da Habitao (BNH). Curioso perceber o relato do jornal sobre a construo das 10 primeiras casas enquanto piada interna. Mas para quem estava ali não era piada, segundo o padre Aleixo ‘os trabalhadores vinham  minha procura com satisfao de ter um sacerdote no meio deles, inclusive Dr. Rogério’.(2013). O padre assumiu uma

postura de liderança como relata em seu livro autobiográfico segundo ele ao chegar na obra retirava seu chapéu de palha e começava a trabalhar e talvez por essa postura o padre se percebeu como líder da própria obra. disse ele, 'Logo nos primeiros dias que o grupo de 12 trabalhadores que eu era padre, escolheram me como líder do grupo'.(2003). Boa parte desse reconhecimento está ligado a ascendência que a igreja católica possuía naquele momento segundo dados fornecidos na matéria do jornal Rfi "Até 1970, cerca de 92% dos brasileiros se declararam católicos (2019). Aquela presença permitia um tipo de incentivo:trabalhavam de sol a sol pois não trabalhavam só para mim, mas também por três viúvas contempladas com um lote no Mutirão. Elas faziam o café e *coavam* a areia.'(2003).

Vendo-me trabalhar, pobre entre os pobres, todos os que estavam no meu grupo e grupos vizinhos, vinham conhecer-me e apresentar seus parabéns e manifestar suas satisfação por verem um padre trabalhando com eles. O primeiro trabalho foi capinar e demarcar os lotes. Já no dia seguinte, alguém me perguntou quando é que o senhor vai instituir a comarca. (Paróquia) (SUSIN, 2003).

Junto à liderança local do Pe. Aleixo havia a ação contundente de Rogério de Freitas Cunha ele era responsável pelo controle de participação e eficiência com registro para evitar a distribuição para apaniguados e garantir que as casas fossem distribuídas apenas para famílias de trabalhadores de baixa renda segundo Vasconcelos (1988) somente após essa distribuição receberam lotes outros funcionários inclusive aos engenheiros. A construção do Mutirão trouxe muita popularidade ao engenheiro responsável pela obra de acordo com matérias do Correio Braziliense confirmada pelo Jornalista Vasconcelos (1988) O mutirão recebeu o Cardeal-Arcebispo de Quebec Dom Maurice Roy, noticiada no dia arcebispo 06 de março pelo periódico relata Venturelli (2023)

Foi recebido pelas autoridades governamentais do Distrito Federal e por representantes religiosos e da própria embaixada canadense. A viagem de dois dias foi promovida pelo Conselho Episcopal Latino Americano. O Cardeal-Arcebispo Dom Maurice Roy almoçou com o prefeito de Brasília e se dirigiu para as obras do Mutirão. O arcebispo era naquele momento o presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz que estava visitando vários países da América Latina. Seus compromissos contemplavam almoço com o engenheiro Rogério de Freitas Cunha e o prefeito Wadjô Gomide, no último dia o Cardeal-Arcebispo Dom Maurice teve agenda com deputados e jantou com o presidente Costa e Silva antes de partir para São Paulo.(VENTURELLI, 2023, p. 11)

O Mutirão recebeu ainda o presidente do Chile neste ano, Eduardo Frei, em 5 de setembro o presidente visitou o Mutirão da Novacap, sendo recepcionado pelo engenheiro.

Mas a visita mais gratificante foi a do Cardeal Florit de Florença, Itália. Visitou as obras do Mutirão acompanhado do secretário Interessou-se por tudo, entrou em minha casa, visitou os cômodos, e perguntou; O senhor trabalhou como operário? Exatamente! E quis saber todos os detalhes. No final me abraçou com lágrimas nos olhos e disse que saia muito edificado e elogiando a obra do Mutirão' (SUSIN, 2003).

A coluna de Yvonne Jean (1968) escreveu em sua coluna a experiência do Mutirão comparando-a uma de Estocolmo que ela presenciou, também feita de forma coletiva e por trabalhadores. Construída no modelo cidade-jardim, essa obra estava sendo replicada dentro das dificuldades de um país periférico cravou a máxima 'A família respeita seu chefe'(1968) e o resultado seria a superação do individualismo em favor do coletivismo, com foco na moradia finaliza "um líder aparece ao natural" (1968). O problema é que aponta o engenheiro como líder e esquece o papel fundamental do Padre que estava todos os dias entre os trabalhadores. Talvez o engenheiro tenha sido o idealizador mas como realizador não se pode ignorar o papel de Pe. Aleixo Susin. O padre afirma em sua autobiografia que o engenheiro aparecia na obra todos os dias, em certos momentos dava carona ao padre que vinha caminhando todos os dias da residência dos Lassalista onde morava e se alimentava, vinha caminhando pela pista Estrada Parque Taguatinga Guará (EPTG), as obras do Mutirão eram ao lado da pista. Tanto o padre quanto o engenheiro sentiam muito orgulho da obra que o padre chamou de 'verdadeiramente cristã', porque ajudava os pobres. Até que ponto a fama e o sucesso da obra da cidade atrapalhou a permanência do engenheiro na companhia não se sabe. Fato é que, segundo Vasconcelos (1988), a fama de Rogério de Freitas Cunha, mesmo muito querido pela comunidade, mas, vivendo um regime autoritário acabou lhe causando problemas de tal forma que pediu demissão da NOVACAP.

Foi após a sua saída que a cidade passou as mãos da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS). O Guará surgiu sendo inaugurado pelo então presidente militar Costa e Silva em 1969, com um monumento que existe até hoje na saída da cidade em direção ao plano-piloto. Talvez a Obra da vida do Engenheiro Rogério de Freitas não tenha recebido a placa com o nome dele, mas as coincidências não param por aí, faltava a obra do Padre Aleixo no Guará. Para fins de conclusão desse ponto, Pe. Aleixo foi um operário e líder da comunidade que construiu a cidade, assim se definiu em seu ego documento, talvez não tenha feito de forma equivocada.

### **PADRE ALEIXO UM JOSEFINO OPERÁRIO. CONCLUSÕES.**

O resultado dessa liderança veio com a aquisição de uma casa de trabalhador, uma justa recompensa. Padre Aleixo no momento da construção de sua casa afirma que foi ali que ele aprendeu o que é passar fome relata que só comia as sobras do jantar dos lassalistas e bolos e frutas que também tivessem excedendo o que os irmãos lassalistas 'Eu pedia aos irmãos lassalistas que guardassem o resto da janta, tão pobre eu era, para comer na hora do almoço no mutirão. Partilhava com outras pessoas (2013). Comia e trabalhava

com os operários ganhou uma casa igual a deles sem esquecer de suas obrigações religiosas e aos domingos celebrava a missa na escola de madeira local para aproximadamente 100 pessoas. Houve muita alegria, pois as pessoas eram trabalhadoras da Prefeitura do Distrito Federal e foram beneficiadas com o terreno. Eu também nunca imaginava que pudesse ter uma casa aqui. Mas o bonito é que nós trabalhamos em conjunto. Reinou muita paz, cordialidade, colaboração, as pessoas se sentiam como verdadeiros irmãos, trabalhando para o mesmo fim.(2013). Na verdade a casa que padre Aleixo junto aos trabalhadores que colaboraram na construção do Mutirão não é o fim desta história, na verdade uma nova caminhada surge a partir daí que é a construção da paróquia da cidade.

Anjos (2012) nos lembra na conclusão do seu artigo que um arquivo é ‘como Lugar de Memória – Lugar para a História’, seguindo os seus passos conseguimos perceber que o ego documento de Padre Aleixo cumpre as duas funções, a saber, um lugar de memória, as dele e que se estabelecem em conjunto com um lugar para a História pois está conectada de forma umbilicalmente com o Mutirão, com seu criador e engenheiro, com as ideias de sua congregação dos Josefinos Marialdos e principalmente com uma comunidade que seria a futura paróquia do Guará. Afirma o autor ‘É a tarefa do historiador realizar este trabalho a partir do Arquivo, não para dizer que a história que escreve é melhor que a memória, mas para reafirmar constantemente que esta nada mais é que um dos inúmeros elementos que compõe e decompõe as experiências históricas e, sobretudo, as vidas dos homens e mulheres sobre os quais procuramos nos achegar, conhecer e compreender a cada vez que transpomos as portas de um Arquivo.

Penso que ao propor a decomposição dos elementos formativos da vida deste padre nesse primeiro momento que antecede a posterior e imediata construção da paróquia e da igreja com símbolo, de civilidade. atingimos o objetivo de perceber alguns desse inúmeros elementos para que possa ser melhor estudado e aprofundado no futuro. Mas foi em Rusen (2014) que encontramos a explicação para o significado do papel desse padre no contexto da fundação da cidade dos trabalhadores e a participação dele como padre, é a cultura. A cultura é segundo o autor dá a resposta aos humanos de suas angústias seja quando lidam com a natureza, e com a sociedade.

Portanto, a pesquisa sobre o Padre Aleixo Sasin e o mutirão do Guará se justifica pela necessidade de documentar e compreender um capítulo significativo da história de Brasília, oferecendo uma perspectiva valiosa sobre os processos de ocupação e organização comunitária nas regiões periféricas da capital. Este resgate histórico é essencial não apenas para o reconhecimento das lutas e conquistas dessas comunidades, mas também para inspirar futuras gerações a valorizar e preservar a memória coletiva pelo reconhecimento de seu processo e de seus personagens. Segundo o Jornal Correio Braziliense de 20 de março de 2021 aos 93 anos deixou amigos, familiares e fiéis. Conhecido em Brasília como idealizador e fundador da Via Sacra do Morro da Capelinha, em Planaltina, a mais tradicional da capital, o sacerdote faleceu na noite de sexta-feira, após complicações decorrentes da doença de Alzheimer, diagnosticadas há dois anos.

## REFERÊNCIAS

- BRASÍLIA RECEBE CARDEAL DE QUEBEC**, Correio Braziliense, 06 de março de 1968, p. 03 disponível em :[http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_01/32392](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/32392) : acesso em 15/07/2024.
- A CRISE NA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA CATÓLICA É UMA DAS RAZÕES DA DIMINUIÇÃO DE FIÉIS**. RFI. 2019. disponível em <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190331-rfi-convida-flavio-sofiati>. acesso em 17/07/2024.
- 10 CONSTROEM PARA 10 UMA CASA POR 500 MIL CRUZEIROS, Correio Braziliense, 11 de dezembro de 1967. p. 19, disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/028274\\_01/26059](http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/26059). Acesso em 17/06/20224,
- ESQUINAS DE BRASÍLIA**, Correio Braziliense, 12 de maio de 1968, p.14 disponível em:[http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_01/33541](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33541) : acesso em 20/10/2021
- FERRARINI, Sebastião. **Stemma Ferrarini ‘Da Itália ao Paraná’ 100 anos depois. Genealogia**. Curitiba. Ed. Universitária Champagnat EDUCA, 1989.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**. Arquivo Público do Distrito Federal disponível em <https://www.arpdf.df.gov.br/sobre-o-arpdf/> acesso em 16/07/2024.
- GOVERNO DO DISTRITO** Nascidas com Brasília: senhoras e senhores, com vocês... as satélites. Disponível em Agência Brasília, acesso em 17/07/2024
- GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL**. Cidade- Apresentação. Disponível em: [caxias.rs.gov.br/cidade](http://caxias.rs.gov.br/cidade). Acesso em 12 de julho.
- ORIDES, Ballardin. **Josefinos de Murialdo no Brasil** / Pe. Orides Ballardin, Pe. Bruno - A. Barbieri e Valter A. Susin Caxias do Sul, RS: Educ, 2016.
- PRESIDENTE DO CHILE VISITA MUTIRÃO** , Diário Oficial do Distrito Federal, 10 de setembro de 1968; disponível em [https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizararquivo/?pasta=1968|09\\_Setembro|DODF%20143%2010091968|&arquivo=DODF%20143%2010-09-1968.pdf](https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizararquivo/?pasta=1968|09_Setembro|DODF%20143%2010091968|&arquivo=DODF%20143%2010-09-1968.pdf) Acesso em 22/07/2024.
- REVISTA DO GUARÁ. **Pioneiros**. Aleixo Susin. n°16. Setembro de 2013.
- SUSIN, P.E Aleixo. **Reminiscências. Colliguite fragmenta**. ed. Binds tip Ltda. São Paulo. 2003.
- BIBLIOGRAFIA**
- ALVIM, Zuleika M.F. **Brava Gente os italianos em São Paulo**. Ed. Braziliense. São Paulo. 1986.
- ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. **Toda a História, História Geral e História do Brasil. Com atlas histórico em cores**. Ed. Atica. São Paulo. 1997.
- CHANIN, Samira Bueno. **Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília**. Samira Bueno Chain; orientador José Tavares Correia de Lira.co orientador Diana Gonçalves Vidal - São Paulo, 2018.
- CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude** IRoger Chartier, trad. Patrícia Chittoni Ramos.- Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002
- DELORY-MOMBERGER Christine. **A Pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber singular**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016 137
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**.//Carlo Ginzburg´ tradução Maria Betânia Amoroso, tradução dso poemas José Paulo Paes, revisão técnica Hilário Franco Jr. – São Paulo Ed. Companhia das letras, 2006.
- MENDES, Manuel. **Meu testemunho de Brasília**. 3ed. revista e aumentada. Brasília. Thesaurus. 2006.
- PINSKY, Carla, Bassanezi (org) - **Novos Temas nas aulas de História** 1ª edição - 2ª reimpressão – São Paulo. ed. Contexto, 2010.
- SILVA, Ernesto. **Histórias de Brasília. Um sonho, uma esperança, uma realidade**/ - 3ª ed. –Brasília. Linha Gráfica Editora, 1997.

SILVA, Kalina. **Biografias** em PINSKY, Carla Bassanezi (org) - **Novos Temas nas aulas de História** 1ª edição - 2ª reimpressão – São Paulo.ed. Contexto, 2010.

TUCHINSKI, Juarez José dos Anjos. **“O arquivo como um lugar para a História”** Reflexões a partir da prática de pesquisa em História da educação no oitocentos. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 173-189, jun 2012

VASCONCELOS, José Adirson. **Cidades Satélites**. Brasília, Centro Gráfico do Senado, 1988.

VENTURELLI. Luís G.F. **Mutirão; A história e a origem do Guará nas páginas do Correio Braziliense**. Revista de Estética e Semiótica. Revista de Estética e Semiótica, 2023.

## O PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS E ORGÃOS REGULAMENTADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E O ATUAL CONTEXTO ACREANO

### THE HISTORICAL PATH OF SPECIAL EDUCATION POLICIES AND REGULATORY BODIES IN BRAZIL AND THE CURRENT ACREAN CONTEXT

Júnior Araújo

**RESUMO:** O presente estudo objetiva apresentar o percurso histórico da escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil, desde as primeiras organizações legais e políticas no Brasil Império, ao atravessar as campanhas nacionais de Educação Especial até a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008). A metodologia de pesquisa ampara-se abordagem qualitativa através de uma revisão bibliográfica de autores consagrados que versam sobre a Educação Especial como Carvalho (2004; 2008); Mazzota (2005), Jannuzzi (2006), Matoam (2011) e das legislações educacionais para a Educação Especial. Como resultados obtidos apresentamos não apenas a história da Educação Especial, mas como se firmaram os órgãos regulamentadores da política dessa que hoje é uma modalidade de ensino e suas mudanças ao longo dos anos, observando as políticas mais recentes da área e quais os indivíduos que são contemplados como público das legislações inclusivas vigentes; discorreremos ainda sobre o que é a Educação Especial, como ela age dentro dos níveis de educação e quais as suas concepções de trabalho com os alunos que dela são público-alvo. Além disso, abordamos como a Educação Especial, através do movimento de educação inclusiva, atua nas escolas, tornando-as espaços de vivências e aprendizagens para os alunos que são seu público-alvo e quais são as políticas, sejam elas nacional e/ou estadual, que garantem a presença de profissionais qualificados e especializados para atuarem com os alunos que são público-alvo da educação especial, profissionais esses que são essenciais para o bom desenvolvimento destes alunos.

**Palavras-Chaves:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Escolarização; Deficiências; Políticas.

**ABSTRACT:** This study aims to present the historical trajectory of the schooling of students with disabilities in Brazil, from the first legal and political organizations in Empire Brazil, through the national campaigns for Special Education to the National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education (PNEEPEI) (BRASIL, 2008). The research methodology is based on a qualitative approach through a bibliographical review of renowned authors who deal with Special Education such as Carvalho (2004; 2008); Mazzota (2005), Jannuzzi (2006), Matoam (2011) and educational legislation for Special Education. As a result, we present not only the history of Special Education, but also how the bodies that regulate the policy of what is now an educational modality have been established and their changes over the years, observing the most recent policies in the area and which individuals are contemplated as the public of the current inclusive legislations; we also discuss what Special Education is, how it acts within the levels of education and what its conceptions of working with the students who are its target audience are. In addition, we address

how Special Education, through the inclusive education movement, operates in schools, making them spaces of experience and learning for the students who are its target audience and what are the policies, whether national and/or state, that guarantee the presence of qualified and specialized professionals to work with students who are the target audience of special education, professionals who are essential for the good development of these students.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; Schooling; Disabilities; Policies.

## INTRODUÇÃO

Os primeiros movimentos a favor do atendimento do aluno com deficiência surgiram na Europa no final do século XVIII e início do XIX, demonstrando o reflexo de postura na atitude de grupos sociais, que ansiavam por um sistema educacional para estas crianças. Com isso, foram ganhando adeptos em outros países da América do Norte, como Estados Unidos, Canadá e mais tarde o Brasil (MAZZOTA, 2005).

A exemplo, temos a instituição especializada para alunos “surdos-mudos”, fundada em Paris por Charles M. Eppée, em 1770; também em Paris, no ano de 1784, o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, fundado por Valentin Hauey; em Munique, na Alemanha, foi criada uma instituição para a educação dos deficientes físicos; em Roma, em 1907, na Itália, com Maria Montessori no ensino de crianças com “retardo mental”; nos Estados Unidos, a criação da escola pública para surdos em Connecticut, em 1817, e no Canadá, em 1848, a criação do Instituto Católico dos Surdos-Mudos, na cidade de Montreal (MAZZOTA, 2005).

Ao tratarmos desse contexto no Brasil, faz-se necessário compreender como se deu o surgimento da Educação Especial, quais foram as iniciativas que propuseram criar sistemas de atendimento às pessoas com deficiência e como essas políticas foram se desenvolvendo ao longo dos anos até a atualidade. Através de autores como Mazzota (2005) e Januzzi (2006), pretende-se, aqui, traçar uma linha cronológica de como aconteceu esse caminho das políticas educacionais no país, desde o Brasil Império.

Este artigo é um fragmento da conclusão da pesquisa de dissertação a nível de mestrado acadêmico do curso de Pós-Graduação em Educação/PPGE da Universidade Federal do Acre, em que teve como título “A regulamentação do atendimento de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na perspectiva da inclusão escolar em Rio Branco/Acre” defendida no ano de 2022.

A metodologia utilizada neste trabalho é de abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo através de uma revisão bibliográfica de obras de autores renomados na área da Educação Especial e de análises e inferências de legislações nacionais que versam sobre o processo de atendimento escolar aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

## AS INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO ATÉ AS MAIS ATUAIS CONCEPÇÕES DE ATENDIMENTO ESCOLAR AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Nos escritos de Jannuzzi (2006), vemos que a educação das pessoas com deficiência no Brasil surge de forma institucionalizada, porém, tímida, e que muito se deve às ideias liberais que chegaram ao Brasil no século XVIII e XIX, catapultando as investidas nas primeiras escolas reconhecidas e mantidas pelo Império. A pesquisadora sugere que “[...] o atendimento ao deficiente, provavelmente, iniciou-se através das Câmaras Municipais ou confrarias particulares” (JANNUZZI, 2006, p. 8). Nesse sentido, temos os exemplos das Santas Casa de Misericórdia que realizavam, aos moldes europeu, o acolhimento de pessoas de toda sorte, inclusive as com deficiência (JANNUZZI, 2006).

Na obra de Mazzota (2005), observamos que no período compreendido entre 1854 e 1956, houve algumas iniciativas oficiais e particulares isoladas no início do atendimento escolar ao aluno com deficiência no Brasil. Desse modo, foi sobre a autorização do imperador Dom Pedro II que, em 12 de setembro de 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, em 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, sendo essas iniciativas os primeiros passos nas conquistas e avanços educacionais.

Há registros<sup>1</sup> de ações voltadas para o atendimento médico-pedagógico, como no caso do Hospital de Salvador, na Bahia, em 1874, com foco nos deficientes mentais<sup>2</sup>, onde o atendimento era mais centrado na reabilitação clínica do que pedagógica (MAZZOTTA, 2005, p. 30). Nos relatos de Januzzi (2006), verificamos também a existência deste mesmo hospital, denominado “Asilo para Alienados São João de Deus”, hoje com o nome “Hospital Juliano Moreira”. No Norte do país, também há um registro do ano de 1892 sobre uma Unidade Educacional em Manaus, chamada de “Unidade Educacional Euclides da Cunha”, que recebia alunos com deficiência auditiva e mental (expressão utilizada na época) (JANNUZZI, 2006).

Retornando para a leitura de Mazzotta (2005), avançamos para o ano de 1957, já no Brasil República, no qual surgiram as primeiras iniciativas oficiais de âmbito nacional através de Campanhas que seriam apoiadas pelo governo federal. Dentre elas, estão: 1) a Campanha a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. pelo Decreto Federal n.º 42.728, de 3 de dezembro de 1957; 2) a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão pelo Decreto n.º 44.236, de 1º de agosto de 1958 e 3) a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME, pelo Decreto n.º 48.961, de 22 de setembro de 1960, que teve como influenciadores a sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Através da criação

1 MAZZOTA (2005, p. 30), relata que há informações insuficientes sobre esses registros, não podendo assim, caracterizá-lo como ações pedagógicas, e JANNUZZI (2006, p. 16), escreve que há autores que contestam as afirmações da existência de crianças com deficiência intelectual nesse hospital da Bahia.

2 Ressalta-se aqui que a nomenclatura “Deficiência Mental” não é mais utilizada para se referenciar às pessoas com deficiência, no período em estudo (1874), o termo possivelmente era utilizado para se tratar às pessoas com Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade entre outras deficiências que não existiam estudos aprofundados, esclarecedores e com nomenclaturas adequadas. Hoje, de acordo com a Associação Americana de Retardo Mental – AAMR, aplica-se a terminologia “Deficiência Intelectual” (PASSOS, 2015).

da CADEME, pode-se observar que o apoio do governo federal para o atendimento ao aluno com deficiência não ficaria mais a cargo de escolas isoladas em sua maioria no Sudeste do país, o que fazia muitas vezes a família se mudar para as cidades sedes destas escolas especializadas ou enviar seus filhos para estes locais, causando ruptura familiar precocemente.

O que é (re)afirmado por Mazzota (2005):

A CADEME tem por finalidade promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo, pela seguinte forma: I – Cooperando técnica e financeiramente, em todo o território nacional, com entidades públicas e privadas que se ocupem das crianças retardadas e outros deficientes mentais. II – Incentivando, pela forma de convênios, a formação de professores e técnicos especializados na educação e reabilitação das crianças retardadas e outros deficientes mentais. III – Incentivando, pela forma de convênios, a instituição de consultórios especializados, classes especiais, assistência domiciliar, direta ou por correspondência, centros de pesquisa e aplicação, oficinas e granjas, internatos e semi-internatos, destinados à educação e reabilitação das crianças retardadas e outros deficientes mentais (MAZZOTA, 2005, p. 52).

A partir da criação da CADEME, pode-se ter a oportunidade de através de incentivos do governo federal, mesmo que ainda por meios de convênios, de o aluno com deficiência ser amparado em sua própria localidade, sem necessária mudança de estado para fins de estudos ou reabilitação. Nota-se também que ainda é muito forte a união de educação, reabilitação e assistência nas políticas educacionais voltadas para este alunado na década de 1960.

Em 1961, após muitas discussões e debates, a LDBEN, Lei n.º 4.024/61, dá visibilidade aos alunos com deficiência, denominados na mencionada lei de “excepcionais”, com um título (X), e artigos 88 e 89, mostrando as particularidades desta educação.

Porém, neste mesmo período, Januzzi (2006) mostra a “oscilação legal” em relação a este aluno ao explicar que na época o pai ou responsável não poderia ocupar um cargo público caso não comprovasse matrícula escolar do filho, mas, se comprovasse situação de pobreza, doença ou anomalia do filho, este estaria automaticamente isento da matrícula escolar da criança. Pois, conforme a autora, nem todos tinham condições de sustentar a educação dos filhos:

Outras modalidades de atendimento ao excepcional vão também sendo criadas, algumas já antes presentes em estabelecimentos de ensino ou hospitais, outras separadas, principalmente as de atendimento terapêutico; nesse caso, a grande maioria era particular e, portanto, com serviços pagos, logo só acessíveis a alguns (JANUZZI, 2006, p. 83).

Mesmo existindo algumas legislações específicas como a Constituição Federal de 1894 e a LDBEN de 1961, a educação destes estudantes se mantinha de forma ainda

segregadora, com classes especiais, escolas especializadas ou oficinas, e reparadora, com viés clínico terapêutico, o qual muitas vezes ainda havia mensalidades a se pagar pelo serviço. A década de 1970 trouxe uma melhora educacional na vida destes alunos público-alvo da educação especial.

Na década de 1970, após os resultados de um relatório do Grupo-Tarefa, liderado por Nise Pires, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP e outros educadores, que continha propostas para a estruturação da Educação Especial, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão central, dentro do Ministério da Educação e Cultura. Criado pelo Decreto Federal n.º 72.425, de 3 de julho de 1973, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, com o objetivo de promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais (MAZZOTA, 2005). Com a criação do CENESP, foram extintas as campanhas nacionais que impulsionaram os movimentos de atendimento aos alunos com deficiência no final da década de 1950 e início de 1960.

O órgão administrativamente nasceu forte, com vínculo direto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), através de decreto, tendo autonomia administrativa e financeira. O CENESP teve como característica de trabalho uma linha preventiva e corretiva, onde expediam textos como portarias e diretrizes que direcionavam o trabalho para um sentido clínico/terapêutico, descaracterizando o principal motivo de sua criação e existência: o educacional (MAZZOTA, 2005); (JANUZZI, 2006).

Em 1986, o CENESP apresentou a expressão “alunos com necessidades especiais”, onde o termo utilizado anteriormente “alunos excepcionais” seria abolido dos textos oficiais (MAZZOTA, 2005). E no mesmo ano de 1986, há uma nova mudança no órgão regulamentador da Educação Especial no país. Através do Decreto n.º 93.613, de 21 de novembro, é criada a Secretaria de Educação Especial – SESPE, “[...] órgão central de direção superior, do Ministério da Educação” (MAZZOTA, 2005, p. 76).

Agora sua sede deixaria o Rio de Janeiro e seria transferida para Brasília, mas manteria o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamim Constant (IBC) sob sua supervisão ministerial. Januzzi afirma que

No documento “Informe SESPE” há alegação de que a mudança do CENESP em SESPE, entre outras vantagens, conferiu-lhe mobilidade institucional junto às fontes de decisão do Executivo, maior negociação com as secretarias de educação das unidades federadas e uma capacidade mais ampla de articulação com os outros órgãos públicos e privados. Também agora ficou mais diretamente ligado ao órgão central do poder, o MEC (JANNUZZI, 2006, p. 146).

Até o período de 1986, entendia-se a Educação Especial como uma modalidade de educação com o objetivo de integrar o aluno ao sistema educacional e à sociedade, mas como visto, não utilizando meios pedagógicos para tais, mas sim através de métodos clínicos e terapêuticos. A partir da década de 1990, acontecimentos significativos ocorrem

nas políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiências, como veremos nos próximos parágrafos.

Após 4 anos, agora em 1990, mais uma vez ocorreram mudanças significativas no órgão regulamentador da educação especial no país. Inicia-se uma nova década com reformulação. Desta vez, o SESPE seria extinto, dando lugar à Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, através do Decreto n.º 99.678, em 8 de novembro de 1990. Vemos, desta forma, que agora a educação especial passaria a ser organizada pela Educação Básica. No entanto, em 1992, após a queda do então presidente do país, Fernando Collor de Melo, volta a ter status de secretaria, após uma nova organização do MEC, porém, com uma nova sigla: Secretaria de Educação Especial – SEESP e sob a direção de Rosita Édler Carvalho (MAZZOTA, 2005); (JANUZZI, 2006).

Na década de 1990, documentos internacionais, como o a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passaram a influenciar as novas políticas nacionais de educação, caminhando na direção de uma perspectiva inclusiva. Em 1994, foi publicado nacionalmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, na qual se defendia a “integração instrucional” dos alunos público-alvo da Educação Especial que tivessem a capacidade de estarem nas escolas comuns e acompanharem as atividades e currículos propostos pela escola, no mesmo ritmo dos alunos sem deficiência, sem necessária intervenção (BRASIL, 2010).

Publicada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN atualizou e adequou o cenário da educação do país ao cenário atual daquela época, após as reformas de ensino de 1971, no período da Ditadura Militar. A LDBEN n.º 9.394, no capítulo V, dedicado à Educação Especial, assegura currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender o aluno com necessidade específica, tudo através de apoio especializado na escola. E, em 1999, através do Decreto n.º 3.298, define a educação especial como uma modalidade transversal, que perpassa todos os níveis da educação básica ao ensino superior e até mesmo a outras modalidades de educação (BRASIL, 1999).

Os anos 2000 iniciam-se com boa expectativa de novos rumos para a inclusão. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, orientam que os sistemas de ensino regular devem matricular todos os alunos com deficiência e que devem adequar a escola para o atendimento a estes estudantes. O Plano Nacional de Educação, também lançado em 2001, pela Lei n.º 10.172, sinaliza também que as escolas devem trabalhar num viés inclusivo para atender à diversidade humana.

No ano de 2002, através da Lei n.º 10.436, a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, devendo seu uso ser amplamente difundido, e a Portaria n.º 2.678 aprova as diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille para a Língua Portuguesa em todo

o território nacional. Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva, com o objetivo de ofertar o atendimento educacional especializado e a garantia à acessibilidade.

Em 2005, o Decreto n.º 5.626 regulamenta a Lei nº 10.436, no qual versa, dentre outros assuntos, a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação de professores, instrutor e tradutor/intérprete, além do ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos. Também em 2005 acontece as implantações dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, tornando-se referência para o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades e superdotação na rede pública de ensino do país.

Por fim, publicado no ano de 2008, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva<sup>3</sup> (BRASIL, 2008). Documento elaborado por uma equipe de trabalho, dentre eles Maria Teresa Eglér Mantoan, no qual apresenta de forma minuciosa todo o trabalho da Educação Especial, o público-alvo que destinará as ações desta modalidade de ensino e apresenta um novo serviço: o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Até aqui, compreendemos que a trajetória da Educação Especial no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos anos, desde o Brasil Império até chegarmos a atual política de Educação Especial, seja por mudanças nas nomenclaturas do público a quem se destina as ações da modalidade, seja pelo endereço e nome dos órgãos competentes e até mesmo qual seria a forma de trabalhar com estes estudantes. A partir da década de 1990 inicia-se um movimento de escola inclusiva que perdura até nossos dias.

A história da Educação Especial no Brasil é marcada por diversos acontecimentos significativos que não necessariamente seguem uma ordem cronológica exata. Objetivamos nesta seção fazer um percurso para que o leitor pudesse se familiarizar com os acontecimentos advindos deste processo educacional destinado aos estudantes com deficiências e altas habilidades.

Na próxima seção, serão apresentados os conceitos basilares da Educação Especial e em quais legislações estes se apoiam, bem como será discutido o conceito de Educação Inclusiva como movimento educacional, que não deve ser confundido como um sinônimo perfeito de Educação Especial.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA**

No Brasil, conforme apresentado na seção anterior, a Educação de Pessoas com Deficiência ocorria majoritariamente em instituições ou escolas especiais. No entanto,

---

<sup>3</sup> Em 30 de setembro de 2020 o Governo Federal lança uma atualização da PNEEPEI através do Decreto N.º 10.502, no entanto, o novo documento foi duramente criticado por entidades e movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência em todo o Brasil, sendo um dos motivos a possibilidade de os estudantes com deficiências retornarem para as Classes e Escolas Especiais, o que indica um retrocesso ao período de segregação. Dessa forma, em dezembro de 2020 o decreto foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal.

este cenário passa a mudar a partir da década de 1990, quando uma série de documentos legais e legislações foram publicadas com a defesa de que alunos com deficiência que podem acompanhar o currículo escolar deveriam estar matriculados em escolas de ensino regular. Apresentaremos nos próximos parágrafos quais as concepções de ensino para estes estudantes são difundidas no país e nosso posicionamento acerca dessas concepções.

No Brasil, existem duas concepções pedagógicas de ensino da modalidade da Educação Especial, que permeiam a educação básica até chegar ao ensino superior. A primeira está relacionada ao que é chamado de segregadora (FÁVERO, 2011).

Esta é representada pela existência de classes especiais ou escolas especializadas, que agrega o aluno com seus pares nas deficiências, sem poder conviver com outros indivíduos com características diferentes das suas. Para Fávero (2011, p. 19) “É como se os alunos com deficiência não precisassem frequentar um ambiente plural, coletivo, como forma de buscar seu pleno desenvolvimento humano e seu preparo para o exercício da cidadania”. Esta concepção segregadora, como menciona a autora, é excludente e rema contra todo o processo histórico não só nacional, mas mundial, de um sistema educacional inclusivo.

A outra concepção pedagógica de Educação Especial que é defendida por especialistas e movimentos inclusivistas é a chamada inclusão total, possibilitada por meio do AEE, um dos serviços oferecidos pela Educação Especial enquanto modalidade educacional, conforme defende a PNEEPEI (BRASIL, 2008).

E é esta concepção de inclusão que defendemos enquanto educadores, pois acreditamos que a escola pode ser uma escola das diferenças, que pode acolher, educar, ensinar e transformar a vida de todos os alunos, não somente os alunos público-alvo da educação especial.

Este serviço garante e possibilita não apenas o ingresso do aluno após sua matrícula na escola de ensino regular, como também o apoia e auxilia para sua permanência, através de recursos pedagógicos e arquitetônicos adequados às suas condições físicas e intelectuais (FÁVERO, 2011), tornando-se, de fato, inclusivo, não somente para pessoas com deficiência, mas para qualquer aluno,

Para Carvalho (2004, p. 29) “Sob esta ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento”. Pensar na Educação Especial sob um olhar inclusivo nos mostra a possibilidade de realmente tornar o aluno com deficiência parte de um meio educacional de ensino regular que durante muito tempo o sistema por anos lhe negou o direito a participação.

Quando falamos em inclusão da pessoa com deficiência neste estudo, nos remetemos ao ambiente escolar, pois é lá que se evidenciam de maneira mais nítida os desafios que familiares e alunos enfrentam em seu cotidiano, principalmente o aluno com TDAH. Tornar a escola pública um espaço de inclusão foi a forma mais assertiva de promover

aquilo que durante muitos anos não era permitido ao aluno: acesso à escola comum, como qualquer outro indivíduo, independentemente de suas diferenças. Afinal, as escolas devem ter essa característica: as diferenças!

Na perspectiva da educação inclusiva, todos os alunos devem aprender a conviver com as diferenças, e não encarar o outro como diferente. De acordo com Carvalho (2004, p. 29), pode-se afirmar que “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos”, sejam essas diferenças religiosas, econômicas, sexuais, culturais e geográficas.

A Educação Inclusiva teve um papel significativo na valorização e promoção da Educação Especial, que juntamente com outras modalidades, como a Educação Indígena, Quilombola, do Campo, entre outras, puderam observar a melhoria na qualidade de acesso e permanência de pessoas indígenas, negras, pessoas com deficiência dentro das escolas de ensino regular, principalmente as públicas.

Para Mantoan (2006) não há justificativa que os impeça de terem escolarização, pois “Há que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo, postulando o cumprimento das leis, para atender às necessidades educacionais de todos” (MANTOAN, 2006, p. 25). Todos possuem direito ao ensino e o Estado deve ser cobrado a ofertar todos os recursos necessários para que isto ocorra.

Caso o estudante não tenha condições de acompanhar o currículo escolar, Carvalho (2008) apresenta o caminho que deve ser feito nas escolas ao afirmar que

Para assegurar e garantir que todos os aprendizes tenham experiências de aprendizagem ricas, relevantes e adequadas às suas características individuais e diferenciadas, há necessidade de flexibilizar a proposta curricular, especialmente quando se trata de alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem porque têm necessidades educacionais especiais (transitórias, ou não) (CARVALHO, 2008, p. 104-105).

A obrigatoriedade da escolarização e a flexibilização curricular ditas por Mantoan (2006) e Carvalho (2008) caminham em direção ao que é garantido pelo Decreto n.º 7.611 (BRASIL, 2011), quando garante as adaptações razoáveis com vistas a proporcionar condições de acesso, participação e aprendizagem de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

Pensar na educação especial partindo de um movimento inclusivista é pensar na promoção de uma educação de boa qualidade, promovendo a eliminação de barreiras que dificultem o aprendizado para o estudante sem distinção, sem diferenciação (CARVALHO, 2004). Isso se sobrepõe ao conceito antigo, porém, ainda visto em muitas escolas, o de integração, que força o aluno, principalmente o com deficiência, a se adequar ao espaço escolar, ao seu currículo, às pessoas.

Assim, o AEE é um importante aliado em combater práticas segregadoras ou não-inclusivas que ocorram dentro da escola. Mesmo esta se denominando escola para todos, mas que ainda sofre grande resistência no processo de inclusão, iniciando pela própria matrícula do estudante ao alegar falta de preparo no lidar com tais alunos. “A melhoria da qualidade das ofertas de atendimento educacional é uma necessidade que se impõe, para garantir o direito público e subjetivo de cidadania dessas pessoas.” (CARVALHO, 2004, p. 29). Quando a escola se nega ou cria barreiras para este atendimento, ela faz uma “[...] confissão de que a escola está numa situação irregular.” (MANTOAN, 2011, p. 21).

Mas, afinal, que serviço é este oferecido pela Educação Especial nas escolas regulares, denominadas inclusivas, ao qual chamam de Atendimento Educacional Especializado? Traremos algumas fundamentações com base nas legislações brasileiras sobre este serviço da Educação Especial.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 208, inciso III, apresenta essa nomenclatura que seria até nossos dias utilizada, quando nos referimos à Educação Especial: “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 137).

Compreende-se aqui que este “atendimento” será uma nova forma de o sistema educacional receber, planejar, flexibilizar e avaliar estes alunos de forma especializada, ou seja, com um olhar científico-pedagógico sobre o aluno, buscando explorar suas potencialidades.

Na Resolução n.º 04 (BRASIL, 2009) do CNE/CEB, vemos qual é o objetivo do Atendimento Educacional Especializado, agora representado pela sigla AEE:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, Art. 2º).

Assume um caráter de não substituição do ensino regular, mas como finalidade de complementar a educação das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e suplementar a educação dos alunos com altas habilidades e superdotação.

Não podendo ser caracterizado como aula de reforço, seu objetivo maior é eliminar barreiras de qualquer natureza para o pleno aprendizado. É válido destacar que se procura não somente desenvolver habilidades voltadas para a escola, mas de forma a ter condições para viver na sociedade.

O Decreto n.º 7.611 (BRASIL, 2011) é outra legislação nacional que estrutura o AEE dentro das escolas e apresenta a necessidade destas de manterem a participação dos pais nesse processo de inclusão dos filhos e a importância de constar no Projeto Político Pedagógico da escola, ao afirmar que

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011, Art. 2º).

O AEE deve constituir o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola inclusiva, mostrando para toda a comunidade que esta é apta para receber e manter o aluno com deficiência na escola, tornando-o apto a aprender como os demais alunos.

Carvalho (2004, p. 105) afirma que: “[...] a escola com a qual sonhamos, exige que a gestão seja democrática” e só assim, com uma gestão democrática, onde todos têm voz ativa, a autora menciona que os debates acerca da formulação ou reformulação do PPP devem iniciar por este ponto: a educação inclusiva.

## **O ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO ACRE**

Lima (2016), em sua dissertação de mestrado, afirma que a institucionalização da Educação Especial no estado do Acre iniciou em 1971, com a criação da Assessoria de Educação dos Excepcionais, ligada ao Gabinete da Secretaria da Educação do Acre, através da Portaria N.º 22, de 12 de março de 1971, com o atendimento voltado para alunos com aprendizagem lenta, com mais de dois anos de repetência e sem aproveitamento satisfatório.

As Salas de Recursos Multifuncionais, espaço físico no qual atua o Professor do Atendimento Educacional Especializado e oferta o AEE no contraturno ao da matrícula do estudante, somente veio ser ofertada nas escolas décadas posteriores:

Certamente, que movidos pelas políticas públicas implementadas em nível nacional que enfatizavam a consecução de medidas para o implemento do modelo inclusivo, no âmbito das redes de ensino, em 2007, mais uma fase foi realizada com a implantação das salas de Recursos Multifuncionais, contemplando 38 escolas regulares (LIMA, 2016, p. 41).

A autora também apresentou dados de que, entre os anos de 2008 a 2014, estavam em funcionamento 388 Salas de Recursos Multifuncionais no estado. No ano de 2020 foi encaminhado para as escolas da rede estadual o Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades Não Presenciais no Período de Pandemia na Rede Pública de Ensino do Estado do Acre, no qual apresentam um quadro com o mapeamento geral na rede de ensino estadual, conforme o quadro abaixo.

**Figura 1** – Mapeamento Geral da Educação Especial na Rede Pública de Ensino Estadual

MAPEAMENTO GERAL	
Escolas Inclusivas	355
Alunos matriculados	8.729
Alunos em Sala de Recursos Multifuncionais	4.633
Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)	215
Professor de SRM	366
Professor Mediador	314
Professor Intérprete	55
Professor de Libras	5
Professor do Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)	50
Professor de Classe Hospitalar	4
Assistente Educacional	940
Escolas com Atendimento Pedagógico Domiciliar	42

**Fonte:** Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades Não Presenciais no Período de Pandemia na Rede Pública de Ensino do Estado do Acre (ACRE, 2020, p. 4)

Algumas informações não são detalhadas no documento<sup>4</sup>, como especificações de SRM por município ou a situações de escolas que tenham SRM em locais rurais ou de difícil acesso.

Dentro do contexto da educação especial com uma perspectiva de garantir que as escolas, principalmente as públicas, tornem-se escolas inclusivas, não podemos deixar de mencionar os profissionais que delas fazem parte, os profissionais da educação especial. No contexto desta pesquisa, ficaremos restritos aos professores do AEE e ao Professor Mediador.

Estes profissionais são indispensáveis para a escola. Não há como se pensar numa escola que trabalha com a perspectiva inclusiva e não haver a presença de um professor do AEE, traçando estratégias inclusivas e realizando os atendimentos no contraturno e um professor mediador, auxiliando o aluno público-alvo da Educação Especial dentro da sala de aula em todas as atividades escolares.

As políticas nacionais que tratam sobre a educação especial afirmam que estes profissionais devem ter formação continuada e especialização adequada para desenvolverem o trabalho adequado com os alunos público-alvo desta modalidade de ensino.

Para que o professor possa trabalhar com alunos da educação especial, é necessário que este esteja devidamente qualificado através de formações que o possibilitem compreender sobre a necessidade específica do aluno e criar estratégias que possam oferecer a estes uma adequada forma de ensino, respeitando sua individualidade, tempo e condição, seja ela física, intelectual ou sensorial.

Por isso, as políticas nacionais que tratam da Educação Especial deixam claro que somente a formação inicial não é o suficiente para que estes profissionais adentrem nesta área que apresenta grandes desafios no cotidiano escolar.

Exemplo disto é a LDBEN n.º 9.394/1996, no Artigo 59, inciso II, em que afirma: “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendi-

<sup>4</sup> No dia 27 de abril de 2022 solicitei novamente ao Setor de Divisão de Coordenação da Educação Especial dados sobre a quantidade de Salas de Recursos Multifuncionais em Rio Branco e o quantitativo de alunos diagnosticados com TDAH na rede estadual. Uma das professoras que trabalha no setor solicitou que aguardasse o encaminhamento dos dados via WhatsApp e E-mail. Em 01 de junho, fui novamente ao setor, e me foi informado que não há um total exato de alunos com TDAH atendidos na rede estadual, seria necessário fazer levantamentos mais específicos e detalhados.

mento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Com isso, nota-se que o MEC prima por uma especialização na área da Educação Especial e Inclusiva e “capacitados” através de formação continuada.

Outro exemplo é a Resolução n.º 04 do CNE/CBE/ (BRASIL, 2009), que também reafirma a necessidade de uma formação adequada para estes profissionais que atuarão com alunos público-alvo da educação especial ao afirmar no Artigo 12 que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”, e também deixando claro que o profissional auxiliará o aluno em todas as atividades escolares que se fizerem necessárias.

E mais recentemente a Lei n.º 13.146 (BRASIL, 2015), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que estabelece no artigo 28, inciso X, “[...] adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado”.

As legislações apresentadas demonstram a seriedade e a responsabilidade que estes profissionais carregam em suas atribuições, estes professores necessitam de conhecimento e formação para atuarem no AEE.

No estado do Acre, o Professor do AEE e o Professor Mediador são reconhecidos como profissionais de apoio especializado através da Lei n.º 2.965, de 2 de julho de 2015, que “Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024 e dá outras providências”.

A lei garante:

[...] desenvolver, até o final do primeiro ano de vigência deste plano, programa de formação continuada (*stricto sensu* e *lato sensu*) para docentes, equipe gestora, profissionais não docentes e outros profissionais que prestam serviços de apoio, tais como mediadores e auxiliares educacionais das escolas regulares, em especial as contempladas com sala de recursos multifuncionais, bem como dos Centros de Atendimento Educacional Especializado e Núcleos de Apoio Pedagógico e seus respectivos profissionais (ACRE, 2015, META 4.3).

A Instrução Normativa N.º 001/2018 (ACRE, 2018) também constitui um documento legal sobre o reconhecimento destes profissionais. A instrução “Regulamenta diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o atendimento educacional especializado, no âmbito da educação básica no estado do Acre”. O documento destrincha os pormenores sobre as ferramentas de trabalho da educação especial, os profissionais que nela atuam e suas atribuições.

O artigo 5º garante que “Para atender aos estudantes em suas necessidades educacionais específicas, o sistema de ensino garante os seguintes profissionais de apoio especializado: I – Professor do atendimento educacional especializado; [...] VII – Professor Mediador.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo debruçou-se sobre o longo caminho percorrido das ações desenvolvidas para a escolarização dos estudantes com deficiência, que inicialmente demonstraram um viés assistencialista, segregadora e patológica. Também que somente no período do Brasil República o governo federal institucionalizou órgãos competentes para gerenciar as políticas de atendimento a este público no qual ao decorrer das décadas apresentaram diversas nomenclaturas, estruturas e até mesmo sedes.

Debatemos quais as vertentes de atuação da Educação Inclusiva, afirmando que a mais adequada é aquela que garante aos alunos público-alvo da Educação Especial o Atendimento Educacional Especializado dentro das escolas de ensino regular sobre um modelo de escola inclusiva.

Por fim, finalizamos demonstrando o cenário atual da Educação Especial nas escolas públicas do sistema de ensino estadual do Acre apresentando a presença dos profissionais de apoio especializado nas escolas inclusivas, como a figura do professor mediador que atua diretamente na sala de aula com o estudante e o professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE que desenvolve ações de acessibilidades. Além da preocupação expressa nestas legislações com a formação e especialização, que devem ser adequadas aos profissionais que almejam trabalhar dentro da Educação Especial.

## REFERÊNCIAS

- ACRE (Estado). **Lei n.º 2.965 de 2 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2015/07/Lei2965.pdf> Acesso em: 26/12/2024
- ACRE (Estado). **Instrução Normativa Nº. 001 de 30 de janeiro de 2018**. Regulamenta diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o atendimento educacional especializado, no âmbito da educação básica no Estado do Acre. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/612207/DOEAC/unico/2018-02-05?page=6> Acesso em: 24/12/2024
- ACRE (Estado). **Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades Não Presenciais no Período de Pandemia na Rede Pública de Ensino do Estado do Acre**. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Cultura – SEE, 2020.
- ARAÚJO, José Júnior Pereira. **A Regulamentação do Atendimento de Alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Perspectiva da Inclusão Escolar em Rio Branco/Acre**. 2022. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2022/dissertacao-jose-junior-pereira-araujo.pdf/view> Acesso em: 25/12/2024
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 22/12/2024
- BRASIL. **Regulamente a Lei n.º 3.298, de 20 de novembro de 1999**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) 20/12/2024
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em: 15/12/2024
- BRASIL. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 15/12/2024

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 24/12/2024

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Rosita Edler Carvalho. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Rosita Edler Carvalho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Alunos com deficiência e seu direito à educação: tratase de uma educação especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JANNUZZI, Gilberta S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Contemporânea).

LIMA, Kátia Soares Bezerra de. **O trabalho docente e suas repercussões face à inclusão escolar**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2016-1/dissertacao-katia-soares.pdf> Acesso em: 25/12/2024

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: Caminhos, Descaminhos, Desafios, Perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.